

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ANTONIO CARLOS MATIAS DA SILVA

**A PARADIPLOMACIA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA
ATUAÇÃO INTERNACIONAL DO MUNICÍPIO DO RECIFE – PE
(2005 – 2018)**

RECIFE, 2019

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ANTONIO CARLOS MATIAS DA SILVA

A PARADIPLOMACIA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA
ATUAÇÃO INTERNACIONAL DO MUNICÍPIO DO RECIFE – PE
(2005 – 2018)

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade Damas da Instrução Cristã, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob orientação do Prof. Dr. Luís Emmanuel Barbosa da Cunha.

RECIFE, 2019

Catálogo na fonte
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

S586p Silva, Antonio Carlos Matias da.
A paradiplomacia no Brasil: uma análise da atuação internacional do município do Recife – PE (2005 – 2018) / Antonio Carlos Matias da Silva. – Recife, 2019.
63 f. : il. color.

Orientador: Prof. Dr. Luís Emmanuel Barbosa da Cunha.
Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia – Relações Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2019.
Inclui bibliografia.

1. Paradiplomacia. 2. Interdependência complexa. 3. Globalização. 4. Relações internacionais. 5. Diplomacia federativa. 6. Recife-Pe. I. Cunha, Luís Emmanuel Barbosa da. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título.

327 CDU (22. ed.)

FADIC (2019.2-406)

ANTONIO CARLOS MATIAS DA SILVA

**A PARADIPLOMACIA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA
ATUAÇÃO INTERNACIONAL DO MUNICÍPIO DO RECIFE – PE
(2005 – 2018)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade Damas da Instrução Cristã, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob orientação do Prof. Dr. Luís Emmanuel Barbosa da Cunha.

Aprovada em 17 de dezembro de 2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Orientador: Luís Emmanuel Barbosa da Cunha
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

Prof. Dr. Elton Gomes dos Reis
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

Prof. Dr. Rodrigo Santiago da Silva
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

RECIFE, 2019

DEDICATÓRIA

Esse trabalho é dedicado a todos os negros que lutaram pelo meu direito de estar aqui. A todos que não conseguiram se quer escrever seus nomes e se deliciar com as diversas formas de liberdade que o conhecimento nos permite. Nas palavras de Aimé Césaire: “(...) Os que não inventaram nem a pólvora nem a bússola, os que nunca souberam domar o vapor nem a eletricidade, os que não exploraram os mares nem o céu, mas aqueles sem os quais a terra não seria mais terra...” (Caderno de um retorno ao país natal, 1932).

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Carlos Matias da Silva (in memoriam) e Maria da Conceição Silva Santos (in memoriam), por terem me ensinado as coisas boas da vida e por terem sempre priorizado a minha educação, apesar de todas as dificuldades do caminho. Eu sei que qualquer lugar do universo que vocês estejam, vocês estarão sempre olhando por nós.

Aos meus irmãos tão amados, Anderson, Alisson, Camila, Caroline, Fábio, Gibson e Marina, pela torcida, apoio, estímulo e por compartilhar comigo essa linda caminhada que é a vida.

Aos meus primos, sobrinhas, avó, tios, tias e vizinhos, pelo apoio e carinho diários.

Ao Governo Federal, nos mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff pela a grande reforma e expansão que fizeram no Ensino Superior Brasileiro, com políticas sociais que abriram mais o espaço para os brasileiros periféricos, tanto nas Universidades Públicas com maiores investimentos, quanto nas Privadas, através do PROUNI e FIES.

Agradeço ao grande Alcides do Nascimento Lins (in memoriam) por ter sido um grande exemplo de resiliência e força de vontade para diversos jovens da periferia do Recife que sonham com o ingresso na Universidade. Obrigado por ter nos mostrado que nós (negros e pobres) podemos superar as barreiras sociais e raciais que ainda impedem nosso povo de avançar. Alcides foi à prova incontestável de que a pobreza não oblitera a dignidade, a determinação, o esforço próprio, a decência e a capacidade de superação.

Agradeço do fundo do meu coração aos professores Antonio Lucena, Andrea Tavares, Artémis Holmes, Bianor Teodósio, Charles Hodges, Jeanete Viegas, Luciana Lyra, Luís Emmanuel, Elton Gomes, Marcondes Souto, Joyce Helena, Mauricio Wanderley, Leticia Loreto, Rodolfo Ramires, Rodrigo Santiago, Pedro Paulo Procópio, Pedro Soares e Thales Castro por sempre estarem dispostos a escutar acerca dos meus sonhos profissionais e pessoais e das minhas alegrias e frustrações acerca da vida acadêmica.

Agradeço ao pessoal da Empresa SUAPE, Schneider & Associados, Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores, Brasmundi e Consulado Geral da Itália pelas oportunidades concedidas a mim de estagiar em lugares tão incríveis e conhecer tantas pessoas maravilhosas que partilharam comigo seus conhecimentos e saberes que contribuíram tanto para meu amadurecimento profissional e pessoal.

Aos amigos queridos que tiveram paciência com minhas ausências em função de provas e monografia e que, mesmo sabendo que muitas vezes eu não poderia estar presente, não deixaram de lembrar: Alexandra Michelly, Fábio Mariano, Herbert Amos, Matheus Guedes, Raniele Albertim, Sara Aguiar, Rayane Menezes, Susy Desiane e Yasmin Mendonça.

Agradeço a José Everton (in memoriam), chamado carinhosamente de Bel, um grande amigo que infelizmente teve que nos deixar muito cedo que com ele aprendi a maior lição da vida, que foi de sempre levar um sorriso largo no rosto, apesar das dificuldades do caminho.

Às amizades construídas na FADIC, que foram de grande apoio e alegria durante todo o curso: Andrya Santos, José Vitor Vaz, Nicolle Garrido, Lucas Barros, Pérola Viviane, Rafaella Guerra, Rubem Menezes, Taiane de Cássia, Thiago Fidelis e Victor Tavares.

Agradeço a todos os colegas de turma, chamada carinhosamente de “Organização das Nações Desunidas” e da faculdade por todos esses anos felizes passamos juntos em busca dos nossos sonhos.

Agradeço a todos os professores do ensino fundamental e médio que passaram pela minha vida, em especial a Andréa Carla, Adson César, Aldemir, Ednard, Edson Filho, Flávio Spinelli, Gelândia, Gustavo, Joacy, Luiz Monteiro, Lúcia, Marcos Aurélio, Marcelo Matias, Paullus Federico, Pedro Germano, Roberto e Solange por me mostrarem o poder da educação como ferramenta de transformação social, pelos conhecimentos compartilhados e por sempre acreditarem no meu potencial.

A todos os professores e demais funcionários da Faculdade Damas, que acompanharam a minhas vitórias e derrotas e com eles muito aprendi.

Agradeço ao menino Matias, que aos 14 anos de idade, guiado pelo ideal de tornar o mundo um lugar melhor, sonhou um dia com carreira de diplomata, sonho esse tão distante para um jovem negro da periferia do Recife. Apesar das dificuldades do caminho, manteve-se firme e forte na busca dos seus sonhos. Obrigado Menino Matias por tornar essa árdua caminhada mais leve e feliz e por sempre me fazer lembrar de onde nós partimos e aonde almejamos chegar. Parafraseando a frase de William Wordsworth que diz que “o menino é o pai do homem”, eu diria hoje que o menino Matias é o pai do homem Matias.

E por fim, agradeço a todos, até as pessoas que por acaso não foram citadas, o meu muito obrigado.

RESUMO

O termo paradiplomacia faz referência à atuação internacional dos governos não centrais na arena internacional, na qual são motivados por questões econômicas, culturais e políticas. É visto que as ineficiências dos governos centrais em atender as necessidades e expectativas dos governos subnacionais estão impulsionando tais entes subnacionais a procurem apoio internacional para ajudar no desenvolvimento e suprir as demandas locais. O avanço do processo de globalização estimulou o desenvolvimento e a proliferação das iniciativas paradiplomáticas no Brasil e no mundo, contando com a participação de diversos estados e municípios, resultando em diversos casos de sucessos nas ações até então realizadas e que estão de maneira breve nesse estudo. Este trabalho tem como objetivo de fazer uma abordagem acerca da trajetória de atuação paradiplomática do município do Recife-PE de 2005-2018, por meio da análise da participação do município em redes internacionais de cidades e de dados dos acordos internacionais celebrados e negociados com governos subnacionais estrangeiros. Por fim, serão mostrados os benefícios provenientes das atividades internacionais da cidade do Recife para atender as demandas locais.

Palavras-Chave: Paradiplomacia. Interdependência Complexa. Globalização. Relações Internacionais. Diplomacia Federativa. Recife-PE.

ABSTRACT

The term paradiplomacy refers to the international performance of non-central governments in the international arena, where they are motivated by economic, cultural and political issues. It is seen that the inefficiencies of central governments in meeting the needs and expectations of subnational governments are driving such subnational entities to seek international support to aid development and meet local demands. The advancement of the globalization process stimulated the development and proliferation of paradiplomatic initiatives in Brazil and in the world, with the participation of several states and municipalities, resulting in several cases of success in the actions taken so far and which are briefly in this study. This work aims to make an approach about the paradiplomatic trajectory of the city of Recife-PE from 2005-2018 by analyzing the municipality's participation in international city networks and data from international agreements entered into and negotiated with foreign subnational governments. Finally, will be shown the benefits from Recife's international activities to meet local demands.

Keywords: Paradiplomacy. Complex interdependence. Globalization. International Relations. Federative Diplomacy. Recife-PE.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 01 – Linha de evolução do órgão de Relações Internacionais do município do Recife – PE.....	39
---	-----------

QUADROS

Quadro 01 – Participação do Recife – PE nas UTs da Rede Mercocidades.....	47
--	-----------

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ABC – Agência Brasileira de Cooperação

AFD – Agência Francesa de Desenvolvimento

AFEPA – Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares

AM – Estado do Amazônia

ARF – Assessoria de Relações Federativas

BA – Estado da Bahia

BIRD – Banco Mundial

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CAF – Corporação Andina de Fomento

CF – Constituição Federal

CGF – Conferência de Governadores de Fronteiras

COP – Conferências das Partes

CRI – Coordenadoria de Relações Internacionais do município de Recife

EUA – Estados Unidos da América

ERENE – Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores no Nordeste

FCCR – Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul

FMI – Fundo Monetário Internacional

GRBRI – Gabinete de Relações com Brasília e Relações Internacionais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

ICLEI – International Council for Local Environmental Initiatives

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MERCOCIDADES – Mercado Comum das cidades

MG – Estado de Minas Gerais

MRE – Ministério das Relações Exteriores

NAFTA – Acordo de Livre Comércio da América do Norte

ONG's – Organizações Não-Governamentais

OAI – Órgão de Assuntos Internacionais

OIT - Organizações Intergovernamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PE – Estado de Pernambuco

PR – Estado do Paraná

RG – Estado do Rio Grande do Sul

RMR – Região Metropolitana do Recife

RJ – Estado do Rio de Janeiro

SC – Estado de Santa Catarina

SMRI/SP – Secretária Municipal de Relações Internacionais do Município de São Paulo

SP – Estado de São Paulo

SSRI/RJ – Subsecretaria de Relações Internacionais do Estado do Rio de Janeiro

URB – Empresa de Urbanização de Recife

UT – Unidade Temática

UNIFEM – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. A INSERÇÃO INTERNACIONAL DOS GOVERNOS SUBNACIONAIS: RAZÕES E DETERMINANTES	15
2.1. Paradiplomacia: conceituação do fenômeno.....	15
2.2. Globalização, Realismo e Interdependência Complexa.....	18
2.3. Federalismo brasileiro e a paradiplomacia.....	21
3. AS ATIVIDADES PARADIPLOMÁTICAS NO BRASIL E NO MUNDO	26
3.1. A experiência da paradiplomacia no Brasil: os casos do estado do Rio de Janeiro e do município de São Paulo.....	26
3.2. A experiência da paradiplomacia no mundo: os casos da Argentina e do México.....	31
4. A TRAJETÓRIA PARADIPLOMÁTICA DO MUNICÍPIO DO RECIFE – PE	37
4.1. Características do município do Recife – PE.....	37
4.2. A atuação internacional do município do Recife – PE.....	38
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56

1. INTRODUÇÃO

Entende-se que a expressão paradiplomacia é utilizada para designar a atuação internacional dos governos não centrais, na qual são motivados pelas questões econômicas, culturais e políticas. O século XX foi marcado por diversos eventos, como a Primeira e Segunda Guerra Mundial, o fim da Guerra Fria que resultou na mudança da ordem global que passou de bipolar para uma ordem multipolar e ainda teve o avanço do processo de globalização que aumentou o fluxo de comércio exterior e transações financeiras, troca de informações e a diminuição das fronteiras entre as nações. Esse novo cenário internacional favoreceu e possibilitou a atuação de novos atores no plano internacional além do Estado-nação, tais como: empresas multinacionais, organizações não governamentais (ONGs), Organizações Intergovernamentais (OIT), sociedade civil, e entes estatais locais.

É visto que uma das maiores dificuldades encaradas pelos governos subnacionais é a falta de um respaldo jurídico para as suas ações internacionais, verifica-se que muitos países possuem uma legislação que possibilita o exercício da paradiplomacia das suas unidades subnacionais, a exemplo da Argentina e México que serão estudados brevemente nesta pesquisa. Porém, por outro lado, há países como Brasil que as atividades paradiplomáticas não possuem um respaldo legal que legitime tais atividades, apesar disso, no caso brasileiro, a falta de uma normatização não impediu o desenvolvimento das atividades paradiplomáticas dos municípios e estados brasileiros, como exemplo do município do Recife-PE que é objeto de estudo dessa pesquisa.

Perante deste novo cenário internacional marcado pelo aumento das iniciativas internacionais dos governos subnacionais, o governo central brasileiro por meio do MRE criou mecanismos para monitorar e dar suporte as atividades internacionais realizadas pelos estados e municípios que compõem a federação, como exemplos, a criação da AFEPA e a descentralização do MRE que resultou na abertura de escritórios de representação nas cinco regiões do país. Tais iniciativas tomadas pelo governo brasileiro são frutos de uma política de Estado nomeada de diplomacia federativa que consiste em uma inserção internacional indireta, na qual o governo central tem a função de mediador entre os estados e municípios brasileiros e arena internacional. De modo geral, os governos subnacionais brasileiros estão se lançando no plano internacional seja

por meio de iniciativas próprias e isoladas através dos seus organismos de assuntos internacionais ligados a administração pública local ou por meio do apoio do Estado através da diplomacia federativa. O governo brasileiro reconhece as atividades paradiplomáticas desenvolvidos pelos seus entes subnacionais como positiva e que tais iniciativas não contrapõem a política externa nacional, mas sim são complementares.

Em meio a todas as teorias das Relações Internacionais, é observado que a teoria mais utilizada pelos acadêmicos para compreender melhor o novo contexto internacional que marcado pela presença de atores não estatais no plano internacional é a teoria Neoliberal da Interdependência Complexa desenvolvida por Robert Keohane e Joseph Nye nos anos 70, tendo vista que tal teoria reconhece a participação de outros atores do sistema internacional além do Estado nação.

A metodologia usada nesse trabalho apresenta-se por meio de um estudo de caso do município do Recife-PE, na qual serão analisados as experiências e os benefícios acarretados com a sua internacionalização, fazendo uma abordagem qualitativa, histórica e explicativa através de uma revisão bibliográfica e documental em obras literárias, acordos de irmanamento e cooperação, atas de reunião oficiais, decretos de leis, artigos e websites. Sendo assim, o presente trabalho busca fazer uma abordagem acerca da trajetória da atuação internacional do município do Recife-PE do período de 2005 – 2018 por meio da análise da participação em redes internacionais de cidades e de dados dos acordos internacionais celebrados e negociados com governos subnacionais estrangeiros.

O município do Recife-PE foi escolhido como objeto de estudo desse trabalho em razão de alguns fatores que favorecem o exercício das atividades paradiplomáticas da cidade, como a exemplo, a sua localização prestigiada, economia dinâmica, riqueza cultural e arquitetônica e o grande número de representações diplomáticas que existem em seu território. Além disso, a existência de um órgão ligado à administração pública municipal que é responsável pelas articulações internacionais do município também foi fator determinante para a escolha.

No primeiro capítulo serão apresentados os conceitos de diplomacia e paradiplomacia, as contribuições da globalização para proliferação das atividades paradiplomáticas no sistema internacional, a teoria da Interdependência Complexa da escola Neoliberal das Relações Internacionais que propicia uma análise acerca do fenômeno da paradiplomacia e a relação do Estado brasileiro com as atividades paradiplomáticas desenvolvidas pelos seus governos subnacionais.

Já no segundo capítulo serão apresentadas brevemente as experiências paradiplomáticas no Brasil por meio dos casos do estado do Rio de Janeiro e o município de São Paulo e no mundo através dos casos da Argentina e do México. E por fim, no último capítulo, preocupou-se em apresentar a trajetória de atuação internacional do município do Recife-PE de 2005-2018 por meio da apresentação da evolução do seu órgão de assuntos internacionais, participação do município nas redes internacionais de cidades e dos acordos firmados e negociados com os governos subnacionais de outros países para o atendimento às demandas municipais.

2. A INSERÇÃO INTERNACIONAL DOS GOVERNOS SUBNACIONAIS: RAZÕES E DETERMINANTES

2.1 Paradiplomacia: conceituação do fenômeno

Para dar início ao estudo sobre a paradiplomacia, primeiramente deve-se compreender um conceito com qual o tema está relacionado diretamente que é a diplomacia. Desse modo, nota-se que existem diversas definições sobre o termo diplomacia nas literaturas, por exemplo, para Moreira (2005, pp. 74-75) fala que a diplomacia é “uma arte da negociação ou o conjunto das técnicas e processos de conduzir as relações entre os Estados”. Já para Bath (1989, p.14) diz que a diplomacia consiste na “gestão das relações internacionais por negociações”. De modo geral, a diplomacia é arte e a prática exercida pelos Estados nacionais por meio dos seus diplomatas e ministérios de relações exteriores para defender e transmitir os seus interesses na arena internacional (BERRIGE, 2005 apud ALVES, 2016).

O século XX foi marcado por diversos eventos como a Primeira e Segunda Guerra Mundial, o fim da Guerra Fria que culminou na mudança da ordem global que passou de bipolar para uma ordem multipolar e ainda tiveram o avanço do processo de globalização que aumentou o fluxo financeiro, a troca de informações e a diminuição das fronteiras entre as nações. Com essa nova conjuntura internacional marcada pelo aumento do grau de complexidade da política internacional onde a atuação internacional deixou de ser exclusividade apenas dos governos centrais, assim pouco a pouco novos atores não estatais foram se inserindo no plano internacional a exemplo de empresas transnacionais, organizações não governamentais (ONGs), organizações intergovernamentais (OIT) e entes estatais locais em prol de defender os seus interesses em um mundo cada vez mais globalizado e interdependente (CRIEKEMANS, 2006).

Diante deste panorama de reordenamento do sistema internacional no final do século XX marcado pela atuação de novos atores não estatais no plano internacional, a expressão utilizada para descrever tal fenômeno é a paradiplomacia que é um termo derivado da palavra diplomacia e trata-se de uma nova terminologia no campo de estudo das Relações Internacionais que só a partir da década de 90 que esse fenômeno começou a ser estudado pelas literaturas especializadas (VIGEVANI, 2006; TOLEDO, 2008).

Nas literaturas especializadas da temática aqui estudada, verifica-se que os primeiros acadêmicos que se debruçaram a estudar o fenômeno da atuação internacional

dos governos não centrais na arena internacional foram os professores Ivo Duchacek (1986) e Panayotis Soldatos (1990). Na compreensão de Duchacek (1986, p.246) a paradiplomacia faz referência às ligações políticas que “fazem com que governos não centrais entrem em contato não só com o comércio, com a indústria ou com os centros culturais em outros continentes, mas também com vários ramos ou agências estrangeiras de governos nacionais”. Já por outro lado, Soldatos (1990, p. 46) definiu a paradiplomacia como as “atividades internacionais realizadas diretamente por atores subnacionais (regiões, comunidades urbanas, cidades) que apoiam, complementam, corrigem, duplicam ou desafiam a diplomacia do Estado-Nação”.

Perante a todas as definições que foram apresentadas até aqui sobre a paradiplomacia, observa-se que não há um consenso na academia sobre um conceito único da temática aqui estudada. Porém, é importante mencionar que nas literaturas especializadas o conceito de paradiplomacia mais usado atualmente é a de Prieto (2004, p. 251) que nos ensina que:

A paradiplomacia pode ser definida como o envolvimento do governo subnacional nas relações internacionais, por meio do estabelecimento de contatos formais e informais, permanentes ou provisórios (ad hoc) com entidades estrangeiras públicas ou privadas, objetivando promover resultados socioeconômicos ou políticos, bem como qualquer outra dimensão externa de sua própria competência constitucional.

É visto nas literaturas especializadas que existem diversos autores que utilizam outras terminologias para se referir as atividades internacionais desenvolvidas pelos atores não estatais, tais como: “pós-diplomacia” (*postdiplomatic*) (AGUIRRE, 1999, P. 205), diplomacia de múltiplas camadas (HOCKING, 2006), cooperação descentralizada (CUADROS, 2011; SALOMÓN, 2012), diplomacia federativa (PRAZERES, 2004), política externa federativa (RODRIGUES, 2004) ou relações internacionais federativas (RODRIGUES, 2008)¹. Tal fato ocorre porque a palavra paradiplomacia que provém da abreviação do termo inglês *paralleldiplomacy* que na tradução literal quer dizer “diplomacia paralela”, sendo assim em consequência da ambiguidade da palavra “paralela” que apresenta um valor depreciativo em algumas situações dando a entender

¹ Não é possível aprofundar a respeito de todas as contribuições relacionadas às diferentes variações do termo paradiplomacia presentes na vasta literatura existente, pois tamanha é a contribuição, que se alongaria para além dos objetivos desta pesquisa. Para mais informações a respeito do assunto ver Bueno (2010), Prieto (2004), Duchacek (1986), Iser (2013) Junqueira (2017), Reis (2009), Soldatos (1990), entre outros.

que seria algo que acontece às margens da legalidade (BANZATTO, 2015). Sendo assim, Prieto (2004, pp.251-252) destaca que:

Embora bastante contestado, o conceito de paradiplomacia não impossibilita a existência de outras formas de participação subnacional no processo da política externa, mais diretamente ligado ao departamento de relações exteriores de governos centrais, como a assim chamada diplomacia federativa, tampouco impede o papel cada vez maior dos governos subnacionais nas estruturas de multicamadas para a governança regional ou mundial.

De acordo com Keating (2013) os motivos levam os governos subnacionais atuarem no cenário internacional estão ligadas as questões culturais, econômicas e políticas. Na questão econômica, os governos subnacionais buscam a captação de investimentos estrangeiros e novos mercados para seus produtos. O que diz respeito à questão cultural, muitos governos subnacionais como é o caso da província canadense de Quebec que busca apoio da sociedade internacional em especial de países de língua francesa para obter apoio para impulsionar o seu próprio desenvolvimento cultural e promoção da linguagem. E por último, há as questões políticas que estão relacionadas aqueles governos subnacionais que possuem aspirações nacionalistas que buscam o reconhecimento da comunidade internacional para suas localidades, a exemplo o caso da Catalunha na Espanha.

Para complementa o pensamento de Keating (2013) supracitado, Stéphane Paquin (2004) discorre acerca da periodicidade do qual fenômeno da paradiplomacia é exercida, quando o autor fala que *“le phénomène paradiplomatique est aussi un phénomène permanent. Contrairement à ce que l'on peut lire à l'occasion, la paradiplomatie n'est pas un phénomène épisodique et exceptionnel”* (Paquin, 2004, p.108).² Além disso, Paquin (2004) ainda salienta que os atores não estatais que praticam a paradiplomacia tem mais autonomia para captar recursos e poder de influenciar a política internacional, muito mais do que a grande maioria dos Estados-nações do sistema internacional.

É importante dizer que os governos subnacionais enxergam no plano internacional uma oportunidade de sanar às suas necessidades e expectativas que não estavam sendo supridas pelos governos centrais, o que Lessa (2002) chama de “Crise do Estado”, motivado pelo avanço do processo de globalização e o fortalecimento da democracia e do federalismo no mundo.

² O fenômeno paradiplomático também é um fenômeno permanente. Ao contrário do que se pode ler de vez em quando, a paradiplomacia não é um fenômeno episódico e excepcional (tradução livre).

2.2 Globalização, Realismo e Interdependência Complexa

Conforme já visto ao longo desta pesquisa que o avanço do processo da globalização propiciou o aparecimento de novos atores no cenário internacional transcorrerem do século XX. Vale lembrar que o tratado de Vestefália que foi firmado no ano de 1648 deu fim a Guerra dos Trinta Anos no continente europeu, tal tratado foi um marco histórico em razão do fato que estabeleceu o Estado nacional como principal ator do plano internacional. Dessa forma, os Estados nacionais foram por muitos anos os únicos atores no sistema internacional, entretanto em razão dos eventos que ocorrem no século XX e com o avanço do processo de globalização, tais fatos possibilitaram o surgimento de atores não estatais na arena internacional.

A globalização teve um papel crucial para o desenvolvimento das atividades paradiplomáticas no mundo, em vista disso faz-se necessário compreender com exatidão o conceito de tal fenômeno. Entende-se que a globalização é como um processo de “intensificação de relações sociais mundiais que unem localidades distantes de tal modo que os acontecimentos locais são condicionados por eventos que acontecem a muitas milhas de distância e vice-versa” (GIDDENS, 1990, p. 64). E complementando a afirmativa mencionada anteriormente, Nascimento Neto (1996, p.89) alega que a globalização abarca “diversos processos simultâneos” como a “difusão internacional da notícia, redes como a internet, o tratamento internacional de temas como meio ambiente e direitos humanos e a integração econômica global”. Assim sendo, compreende-se que o avanço do processo de globalização estimulou à intensificação da interdependência comercial, o aumento dos fluxos financeiros, o desenvolvimento tecnológico dos transportes e dos meios de comunicação, promovendo dessa maneira a mobilidade de pessoas, a troca de informações e a diminuição das fronteiras entre as nações.

De acordo com Brigagão e Rodrigues (1998) os governos subnacionais estão cada vez mais consolidando a sua presença no plano internacional em prol defender os seus interesses. Tal excursão externa dos governos subnacionais possuem diversos motivos como à procura de novos parceiros comerciais ou até mesmo a busca por atração de recursos financeiros com organismos internacionais, tais como: Banco Mundial (BIRD) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Para exemplificar melhor esse fenômeno, pode-se citar o caso do estado do Rio Grande do Sul (RS) que requereu um empréstimo ao Banco Mundial no ano de 1997 na quantia de 125 milhões

de dólares. Tais recursos financeiros que foram recebidos da instituição financeira foram destinados a projetos de reformas no âmbito estadual (GAZETA MERCANTIL, 1997 apud BRIGAGÃO & RODRIGUES, 1998).

O processo de globalização colocou em xeque uma das principais premissas da teoria realista das Relações Internacionais que os Estados são únicos atores no sistema internacional. É importante ressaltar que a corrente realista se estabeleceu como a principal teoria entre os analistas e tomadores de decisão, em especial nos períodos de conflitos e disputas pelo poder global. Na lógica da teoria realista o Estado-nação é o principal player nas Relações Internacionais por ser considerado um ator unitário, coeso e racional com o único objetivo de maximizar os ganhos e minimizar as perdas. Além do mais, nota-se que as iniciativas internacionais dos governos subnacionais estão revolucionando com a própria afirmação de Estado nas Relações Internacionais, em razão de que tais entes estão criando e elaborando projetos de política externa, mesmo que algumas dessas iniciativas internacionais desenvolvidas não estejam em consonância com os interesses dos seus governos centrais.

Em meio a todas as teorias das Relações Internacionais, é observado que a teoria mais empregada pelos estudiosos da área para compreender melhor a nova conjuntura internacional que marcado pela presença de atores não estatais no plano internacional é a teoria Neoliberal da Interdependência Complexa desenvolvida por Robert Keohane e Joseph Nye (2001). A teoria da Interdependência Complexa foi elaborada no final da década de 70, onde o mundo estava passando por diversas transformações estruturais, em razão das duas guerras mundiais e do avanço do processo de globalização. Em razão desse contexto internacional onde as premissas realistas estavam sendo contestadas, dessa maneira a teoria da Interdependência Complexa apresentou-se como nova perspectiva para compreender o mundo nesse novo cenário internacional.

De acordo com Keohane & Nye (2001, p.229) a Interdependência Complexa *“refers to situations characterized by reciprocal effects among countries and among actors in different countries”*.³ Isto que dizer qualquer ação ou fato que aconteça com um determinado país pode afetar ou impactar os demais atores do cenário internacional. É importante frisar que essa dependência entre os diversos atores do sistema internacional pode ser em vários aspectos como o econômico, político e social. Este fato ocorre em razão da forte interdependência causada pelo avanço do processo de

³ Refere-se a situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre países e entre atores em diferentes países (tradução livre).

globalização que aumentou os fluxos financeiros, o desenvolvimento tecnológico dos transportes e dos meios de comunicação, o intercâmbio de informações e a diminuição das fronteiras nacionais. Para exemplificar tal fenômeno pode-se mencionar o exemplo da crise financeira de 2008 nos Estados Unidos que se alastrou e gerou impacto no mundo todo.

Além do conceito de interdependência supracitado, Keohane & Nye (2001) desenvolveram dois conceitos centrais na teoria da Interdependência Complexa que são de sensibilidade e vulnerabilidade. A sensibilidade diz respeito ao grau de impacto e de afetação que o Estado irá sofrer por determinado acontecimento e por outro lado, a vulnerabilidade está relacionada à capacidade do Estado se adaptar às novas situações. Os autores ainda argumentam que um Estado ser sensível a uma determinada questão, isto não quer dizer que ele seja vulnerável a tal fato.

Segundo Keohane & Nye (2001) a teoria da Interdependência Complexa possuem três características principais, que são: múltiplos canais de negociação, menor papel da força militar e a ausência de hierarquia entre os temas da agenda internacional. De acordo com a teoria da Interdependência Complexa existem múltiplos canais de comunicação entre as sociedades, com múltiplos atores, não apenas os Estados nacionais. Esses múltiplos canais que teoria da interdependência faz alusão são representados por três tipos de relações: as interestatais, transgovernamentais e transnacionais. Sendo assim, a primeira relação diz respeito às relações entre os Estados nacionais, já a segunda refere-se às relações realizadas entre as unidades que compõem os Estados nacionais, portanto assim os Estados não agiriam como unidades coesas e indivisíveis, como pressupõe a teoria realista e por último existem as relações transnacionais que tem como principio de que os Estados não são os únicos atores no sistema internacional, assim dividindo-o com outros atores não estatais a exemplo de empresas multinacionais, ONG's e OIT.

O que tange o estudo da paradiplomacia é visto que a teoria da Interdependência Complexa é importante para entender tal atividade, em razão do fato que essa teoria reconhece a participação de outros atores nas relações internacionais além dos Estados nacionais. Tal aspecto é abordado por Keohane e Nye (2001, p. 3, tradução livre) quando falam que *"see our era as one in which the territorial state, which has been dominant in world politics for the four centuries since feudal times ended... is being*

*eclipsed by non-territorial actors such as multinational corporations, transnational social movements, and international organization”.*⁴

A interdependência traz uma conjuntura de pluralização de atores do cenário internacional e um aumento dos vínculos econômicos entre os Estados, no qual nenhum deles pode fugir totalmente. Desse modo, criando-se uma estrutura dentro da qual os Estados necessitem partilhar prerrogativas ou atuar de maneira a incumbir determinadas competências seja para instâncias supranacionais, ou até mesmo direcioná-las para outros níveis de governos. Esse cenário favorece o surgimento de novos atores internacionais e até mesmo abrindo uma nova porta de oportunidade para atores políticos pré-existente como é o caso das unidades administrativas subnacionais de atuarem no plano internacional (REIS, 2009).

Sendo assim, verifica que as atividades internacionais desenvolvidas pelos governos não centrais estão conectadas com essa nova conjuntura internacional marcada pelo processo de globalização. Entretanto, isso não quer dizer que os governos centrais estejam perdendo sua soberania para esses novos atores do sistema internacional. O que de fato sucede diante desse cenário interdependente, é uma separação de agendas entre os governos centrais e subnacionais, de modo que os Estados nacionais são responsáveis pelas questões de *High politics*, como a exemplo as questões de segurança nacional e por outro lado, os governos subnacionais ficam responsáveis pelas temáticas de *Low politics*, tendo como exemplos as áreas de meio ambiente e turismo.⁵

2.3 Federalismo brasileiro e a paradiplomacia

Primeiramente antes de compreender as relações do governo brasileiro com as atividades paradiplomáticas, deve-se entender como funciona o sistema político do Brasil. A Constituição Federal (CF) de 1988 que é também conhecida como “constituição cidadã” define a forma do Estado brasileiro como uma República Federativa. Assim sendo, entende-se que o sistema federativo é “uma forma de governo moderado, com separação dos poderes relativamente à função, mas também no aspecto

⁴ Vemos nossa era como aquela em que o Estado territorial, dominante na política mundial pelos quatro séculos desde o fim dos tempos feudais... está sendo eclipsado por atores não territoriais, como corporações multinacionais, movimentos sociais transnacionais e organizações internacionais (tradução livre).

⁵ *High politics* (Alta política, tradução livre) são temáticas consideradas de extremamente vitais para a própria sobrevivência do Estado nacional. Por outro lado, *Low politics* (Baixa política, tradução livre) diz respeito a todos os assuntos que não são absolutamente vitais para a sobrevivência do Estado nacional.

territorial, e que busca a preservação das liberdades individuais e locais dos grupos com segurança” (CASTELO BRANCO, 2008, p.36).

Segundo Jan Erk (2008, p.2) o termo federalismo *“originates from the Latin word foedus, i.e. compact. Historically, the term represented a political compact between groups which had come together in an association”*.⁶ O autor ainda fala que o conceito de federalismo foi evoluindo ao passa dos anos até chegar à definição que se conhecer hoje. Além disso, verifica-se que o modelo de federalismo mais utilizado no mundo teve como inspiração a forma de governo dos Estados Unidos por meio das Trezes Colônias. O sistema federalista norte-americano é pautado em dois níveis de poderes: Poder Central (União) e os estados federados (DANTAS, 2011).

Diferente do caso norte-americano mencionado anteriormente, a Constituição cidadã estabelece que o federalismo brasileiro seja de três níveis de poderes, conforme o art. 18 da CF de 1988 que diz que: “a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos nos termos desta Constituição”. É importante mencionar que a CF de 1988 concedeu status de entes federados aos municípios com autonomia política-administrativa iguais aos demais entes que compõem a federação brasileira. Pode-se dizer que poucos países federalistas possuem um sistema federativo trino, como se observa no caso brasileiro que é o único país da América Latina que tem tal forma de governo nessa configuração (RODRIGUES, 2008).

A Constituição cidadã estabelece que o Governo Federal seja responsável pela condução das relações internacionais e pela formulação da política externa. Tal fato é evidenciado abaixo no trecho da CF de 1988 que diz:

Título III da Organização do Estado Capítulo II – Artigo 21: Compete à União – manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais; Título IV da Organização dos poderes Seção II – Artigo 49: é de competência exclusiva do Congresso Nacional – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional; Seção IV – Artigo 52: compete privativamente ao Senado Federal – autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios; Capítulo II do poder executivo, Seção II – Artigo 84: compete privativamente ao Presidente da República – manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos, celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional (BRASIL, 1988).

⁶ Tem origem da palavra latina foedus, ou seja, compacto. Historicamente, o termo representava um pacto político entre grupos que haviam se reunido em uma associação (tradução livre).

Portanto, pode ser notado com o trecho da CF de 1988 supracitado que a Carta Magna não prevê a normatização das atividades paradiplomáticas dos governos subnacionais brasileiros e ainda delega a União à responsabilidade de conduzir as relações internacionais e firmar acordos e tratados internacionais, com isso impossibilitando que os estados e municípios brasileiros possam celebrar acordos internacionais com outros atores internacionais. Apesar de tal impedimento constitucional, muitos estados e municípios brasileiros firmam acordos e memorandos de cooperação técnica com outros atores internacionais. Além disso, pode-se verificar também que CF de 1988 não é inteiramente omissa o que diz respeito às atividades paradiplomáticas, conforme o artigo de nº 52 da Carta Magna permiti à prática da paradiplomacia financeira que possibilita os estados e municípios brasileiros firmarem acordos financeiros externos com outros governos e entidades internacionais para contribuir com o desenvolvimento de suas localidades, mediante a autorização do Senado Federal.

Apesar de não haver um respaldo legal que legitime a atuação internacional dos governos subnacionais brasileiros, tal fato não impediu o exercício das ações paradiplomáticas no Brasil. Porém, a falta de uma regulamentação acaba limitando o desenvolvimento das atividades paradiplomáticas dos estados e municípios brasileiros, tendo em mente que os acordos internacionais firmados pelos governos subnacionais não têm validade jurídica, desse modo o cumprimento e a execução de tais acordos fica apenas no campo da obrigação moral das partes assinantes (BANZATTO, 2015).

O que tange a questão da regulamentação das ações internacionais dos entes subnacionais brasileiros observa-se que em 2005 houve a uma tentativa na Câmara Federal de normatizar a atividade paradiplomática no Brasil, entretanto tal proposta foi rejeitada. Os argumentos utilizados para defender a normatização da atividade paradiplomática em solo brasileiro foram o exemplo argentino que será estudado brevemente no próximo capítulo que institucionalizou o exercício da paradiplomacia em 1994, o aumento de interesses de atividades internacionais dos entes subnacionais brasileiros e a suposta necessidade de dar aval legal a tais ações internacionais. Tal afirmação é evidenciada abaixo por Fróio & Medeiros (2011, p. 6):

Em 2005, o Deputado André Costa (PDT/RJ) formulou Proposta de Emenda Constitucional (475/05) a fim de modificar o art. 23 da Constituição para permitir que os entes subnacionais possam “promover atos e celebrar acordos ou convênios com entes subnacionais estrangeiros, mediante prévia autorização da União”. A

proposta, entretanto, foi rejeitada pelo Relator Ney Lopes (PFL/RN) alegando sua inadmissibilidade e até o momento não foram sugeridas novas propostas de alterações jurídicas.

De acordo com Almeida (2012) faz-se necessário realizar um debate mais aprofundado e minucioso acerca da temática da paradiplomacia, com a finalidade de garantir a própria legitimidade do processo. Além do mais, a autora ainda ressalta a importância de uma regulamentação para as atividades paradiplomáticas desenvolvidas pelos governos subnacionais brasileiros, em razão do fato que tal autonomia e liberdade dada pela União não saia do controle, podendo assim causar diversos problemas de ordem socioeconômica e política para federação brasileira.

Note-se que desde o final do século XX que as iniciativas internacionais dos governos estaduais e municipais brasileiros vêm crescendo, sejam de forma complementar as ações diplomáticas já desenvolvidas pelo Governo Federal, ou seja, por meio de iniciativas próprias (LESSA, 2002). Devido à necessidade de se adequar ao novo cenário doméstico marcado pelo aumento das ações paradiplomáticas dos estados e municípios brasileiro conforme descritos anteriormente, o Governo Federal na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso criou em 1997 a Assessoria de Relações Federativas (ARF) que em 2003 transformou-se na Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares (AFEPA) que tem como função prestar assessoria aos estados e municípios brasileiros em suas iniciativas internacionais.

Outra iniciativa tomada pelo governo central brasileiro foi à descentralização do Ministério das Relações Exteriores (MRE) que resultou na abertura de nove escritórios de representação nas cidades de Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Florianópolis (SC), Manaus (AM), Porto Alegre (RG), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e São Paulo (SP). É importante mencionar o papel desempenhado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) o que diz respeito à questão da cooperação internacional. ABC é um órgão ligado ao MRE e tem como missão de “coordenar, executar e avaliar os programas e ações da cooperação técnica e humanitária internacionais do Brasil, em parceria com governos estrangeiros ou com organismos internacionais, nas vertentes do Brasil para o exterior e do exterior para o Brasil” (SITE OFICIAL DA ABC, 2019, s/p) ⁷.

Vale ressaltar que tais medidas supracitadas são frutos da diplomacia federativa, que é uma política desenvolvida pelo governo central brasileiro para acompanhar e dar

⁷ Mais informações consultar o site oficial da ABC. Ver nas referências bibliográficas.

suporte as iniciativas internacionais dos estados e municípios. O termo diplomacia federativa foi cunhado pelo Ministro das Relações Exteriores do Governo de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Felipe Lampreia, em seu discurso realizado no Congresso Nacional em 1995. De modo geral, o termo diplomacia federativa consiste em uma “proposta política do poder central de incentivar, coordenar e apoiar as ações externas dos entes federativos no intuito de ajudá-los a identificar oportunidades internacionais de cooperação, de comércio, de atração de financiamentos e de inovações tecnológicas” (BÓGEA, 2001, p.3).

Embora que o governo brasileiro tenha aceitado as atividades internacionais desenvolvidas pelos estados e municípios brasileiros, entretanto Nunes (2005, p.45) destaca que os entes subnacionais brasileiros ainda têm pouca participação na formulação da política externa, principalmente na política comercial, conforme se pode averiguar abaixo:

Apesar da aceitação de paradiplomacia, os entes federados brasileiros tem pouca participação nos processos de formulação da política externa brasileira. Mesmo no âmbito da política comercial, uma das mais ativas frentes de política externa brasileira e de grande importância para os estados exportadores, não há participação desses atores nos principais foros de discussão e de decisão. As negociações comerciais internacionais são conduzidas pelo Itamaraty, e os Ministérios competentes.

Conforme foram expostas aqui às críticas e recomendações referente à relação do federalismo brasileiro com atividade paradiplomática, sendo assim apesar dos avanços institucionais que possibilitaram o desenvolvimento das atividades paradiplomáticas em território brasileiro, verifica-se que ainda falta um longo caminho para ser percorrido para regulamentação de tais iniciativas e efetivação da participação dos estados e municípios brasileiros na formulação da política externa brasileira. Diante de tudo que já foi apresentado aqui, no próximo capítulo serão apresentadas brevemente as experiências paradiplomáticas no Brasil por meio dos casos do estado do Rio de Janeiro e o município de São Paulo e no mundo através dos casos da Argentina e do México.

3. EXPERIÊNCIAS PARADIPLOMÁTICAS NO BRASIL E NO MUNDO

3.1 Experiências paradiplomáticas no Brasil: os casos do estado do Rio de Janeiro e do município de São Paulo

Conforme já exposto ao longo deste trabalho, a Constituição Federal de 1988 não normatizou as atividades paradiplomáticas dos governos subnacionais brasileiros, delegou à União a competência de conduzir as relações internacionais. Apesar dessa falta de regulamentação dessa atividade, a Carta Magna de 1988 teve um papel essencial para o desenvolvimento das atividades internacionais dos governos subnacionais brasileiros, em consequência de que foram devolvidos aos estados e municípios os seus poderes administrativos e políticos que outrora tinham sido retirados no período de ruptura democrática. Em razão da descentralização política e tributária promovida pela CF de 1988 que concedeu aos estados e municípios brasileiros a capacidade de administrar as suas próprias receitas e gastos públicos, o que estimulou tais entes a busca no plano internacional por investimentos e recursos estrangeiros para aplicar no desenvolvimento de suas localidades (FRÓIO & MEDEIROS, 2011; VIGEVANI, 2006). Conforme se pode verificar abaixo nas palavras de Castelo Branco (2008, p.86):

A Constituição da República de 1988, não institucionalizou, definitivamente, a paradiplomacia no ordenamento jurídico pátrio. Toda a competência internacional é atribuída à União. No entanto, o pacto federativo previsto na Carta Política criou algumas condições institucionais propícias para que os municípios e os estados federados pudessem se engajar em atividades paradiplomáticas.

Além do avanço da globalização e da descentralização política e tributária causada pelo processo de redemocratização supracitada, outro fator que favoreceu o desenvolvimento das ações internacionais dos governos subnacionais brasileiros que foi o processo de integração regional que por meio da celebração do Protocolo 23⁸ - Fronteiriço do Programa de Integração e Cooperação Econômica entre Argentina e

⁸ Esse tratado previa uma integração econômica por meio de uma área de livre comércio entre esses dois países em um período de dez anos. Em decorrência das mudanças realizadas nos programas econômicos dos governos brasileiro e argentino na década de 1990, ambos os governos firmaram a Ata de Buenos Aires que estabeleceu um prazo de até 1994 para criação definitiva do mercado comum entre as duas nações. Neste mesmo ano, o Paraguai e Uruguai foram incorporados ao processo de integração que estava em andamento, o que resultou na assinatura do Tratado de Assunção no ano de 1991 para a constituição do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) que foi ratificado em 1994 pelo Protocolo de Ouro Preto.

Brasil de 1988 que regulamentou o exercício da paradiplomacia nas áreas fronteiriças dessas duas nações. É importante mencionar que tal protocolo foi um marco para atividade paradiplomática no Brasil, em razão de que esse foi o primeiro instrumento internacional firmado e negociado pelo governo central brasileiro que reconheceu a participação dos estados e municípios na política externa da nação (ALMEIDA, 2012; BUENO, 2010; TOLEDO, 2008). E somado a isso, as iniciativas adotadas pelo governo central brasileiro de criar a AFEPA e realizar a descentralização do MRE colaboraram para consolidar e a aferir legitimidade às atividades paradiplomáticas dos governos subnacionais brasileiros. Conforme é evidenciado abaixo por Rodrigues (2008, p.1023):

A incorporação pela Presidência da República e pelo MRE de uma agenda intergovernamental para ações internacionais federativas significa, por si só, o reconhecimento da legitimidade dos entes federados para as relações internacionais.

De acordo com as literaturas especializadas na área paradiplomática é verificado que desde os anos 80 que os estados e municípios brasileiros exercitam a paradiplomacia, outro fator além dos quais já foi citado nesta pesquisa que colaborou para a participação dos governos subnacionais brasileiros no plano internacional foi o fato de que “eles vêm sendo vistos como agentes de desenvolvimento econômico” (VIGEVANI, 2006, p.121). Sendo assim, é observado que as primeiras experiências paradiplomáticas dos governos subnacionais brasileiros ocorreram no período de redemocratização do país que foram os estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, respectivamente nos anos de 1983 e 1987, marcados pela criação de órgãos ligados à administração pública estadual para tratar os assuntos internacionais de interesses das suas localidades.

Além do mais, nota-se que cada vez mais os governos subnacionais brasileiros estão se lançando no plano internacional seja por meio de iniciativas próprias e isoladas, ou seja, por meio da União através da diplomacia federativa. Desse modo, com intuito de tornar as suas atividades paradiplomáticas mais eficientes e institucionalizadas, alguns estados e municípios brasileiros procuraram criar um órgão específico de relações internacionais ligado à administração pública local a exemplos de assessorias, coordenadorias, diretorias, gabinetes, secretarias e subchefias para serem responsáveis pelas suas articulações internacionais de suas localidades.

É visto que as motivações que levam os governos subnacionais brasileiros a criarem órgãos de relações internacionais são diversas, tais como: incentivar o fomento do comércio exterior, o interesse político dos líderes locais, a atração de investimentos estrangeiros, impulsionar a atividade turística de sua região e realizar intercâmbios de políticas públicas e culturais. Assim sendo, a iniciativa de estabelecer um órgão específico ligado à administração pública estadual ou municipal para ser responsável pelas articulações internacionais surge como possíveis alternativas para institucionalização das atividades paradiplomáticas desses governos subnacionais brasileiros em alternativa à falta de normatização da CF de 1988 (JUNQUEIRA, 2015). Tal afirmação supracitada pode ser vista abaixo com Vigevani (2006, p. 134):

Todos os governadores brasileiros e muitos prefeitos, assim como secretários de Estado, secretários municipais, dirigentes de empresas públicas estaduais e municipais têm realizado missões no exterior, na área do MERCOSUL e em países de todos os continentes. Um razoável número de governos estaduais, assim como prefeituras maiores e mesmo médias, criaram secretarias específicas para as relações internacionais, com uma preocupação em comum, evidenciada desde os anos 80: incentivar o comércio exterior, a busca de investimentos, o turismo.

Para complementar o pensamento supracitado, é observado que as áreas de interesse das iniciativas paradiplomáticas dos governos estaduais e municipais brasileiros são “o comércio, investimentos, tecnologia, energia, meio ambiente, turismo, itens sociais, intercâmbios culturais, políticas migratórias, tráfico de drogas, epidemias e políticas sanitárias” (VIGEVANI, 2006, p. 130). Dessa forma, observa-se que as atividades internacionais desenvolvidas pelos estados e municípios brasileiros estão concentradas nas temáticas de low politics, assim sendo, não apresentando nenhum risco para a política internacional do Estado brasileiro.

O que tange as iniciativas internacionais desenvolvidas pelos estados brasileiros, pode destacar a atuação do estado do Rio de Janeiro que foi o primeiro ente subnacional brasileiro a criar um órgão específico para lidar com as relações internacionais. Conforme foi visto nessa pesquisa que o estado do Rio de Janeiro foi um ator pioneiro no exercício da paradiplomacia, quando a administração estadual da gestão do Governador Leonel Brizola (1983-1987) instituiu no ano de 1983 a Assessoria de Assuntos Internacionais para tratar as questões internacionais do estado. É observado que o motivo que levou a criação de tal órgão tinha relação política, em razão do interesse do governador da época em manter contato com os líderes da Internacional

Socialista e dos movimentos trabalhistas dos quatro cantos do mundo. É importante salientar que o organismo de assuntos internacionais do estado do Rio de Janeiro passou aos longos dos anos por diversas modificações de estrutura e com diferentes focos de atuação. Porém, dentre as diversas configurações do órgão estadual de relações internacionais é observado que o período mais ativo foi na gestão do Governador Sérgio Cabral (2007-2014), onde o setor de relações internacionais foi reestruturado que culminou com a criação no ano de 2007 da Subsecretaria de Relações Internacionais (SSRI) que estava vinculada a Secretária de Estado da Casa Civil (SPADALE, 2014).

O governo estadual do Rio de Janeiro com apoio técnico da SSRI realizaram 16 missões comerciais para exterior e foram recebidas 211 delegações dos quatro cantos do mundo durante os anos de 2010-2013. Além disso, a SSRI era bem atuante na captação de investimento e recursos estrangeiros para serem utilizados em políticas públicas para o desenvolvimento local. Para exemplificar tal fato, é observado que no período de 2007-2013, o estado Rio de Janeiro por meio da SSRI captou a quantia de US\$ 4,5 bilhões de recursos internacionais com quatro instituições estrangeiras que foram o Banco Mundial, a Corporação Andina de Fomento (CAF), o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) para aplicar em projetos de políticas públicas no âmbito estadual (SPADALE, 2014).

O que diz respeito às iniciativas internacionais desenvolvidas pelos municípios brasileiros pode-se mencionar aqui o caso da cidade de São Paulo que em 2001, durante o governo da Prefeita Marta Suplicy (2001-2004) criou a Secretária Municipal de Relações Internacionais (SMRI) para tratar os assuntos internacionais do município. Nota-se que a cidade de São Paulo é o maior polo econômico e produtivo do país, contando com um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 687 bilhões e uma população de 12.252.023 habitantes (IBGE, 2016; IBGE, 2019). Além disso, o município de São Paulo possui em torno de 92 repartições diplomáticas, 11 escritórios comerciais e 33 câmaras de comércio de diversos países sediados em seu território e ainda conta com 63% das sedes das multinacionais instaladas no Brasil (SMRI-SP, 2019, s/p). Dessa maneira, percebe-se que todas essas características referidas anteriormente favorecem o desenvolvimento das atividades paradiplomáticas da cidade de São Paulo.

Diante desse cenário supracitado, pode-se compreender a necessidade da cidade de São Paulo de instituir um órgão específico vinculada administração pública local para ser responsável pelas articulações internacionais do município. A SMRI vem contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do município de São Paulo por

meio da atração de investimentos e recursos estrangeiros oriundos de governos e entidades internacionais. Tais recursos têm como destino o financiamento de projetos de políticas públicas no âmbito municipal. Um exemplo desses recursos estrangeiros recebidos pelo município de São Paulo foi à quantia de 7,5 milhões de euros da União Europeia no ano de 2003 que foram empregados em um projeto de requalificação no centro da cidade (ISER, 2013).

A cidade de São Paulo através da SMRI está consolidando a sua inserção no plano internacional, fazendo parte atualmente de 14 redes internacionais de cidades, mantendo laços de irmanamento com 45 cidades dos quatro cantos do mundo e ainda possuindo diversos acordos de cooperação bilaterais e multilaterais com diversos atores internacionais, tais como: Banco Mundial, governos subnacionais, dentre outras entidades internacionais. (SMRI-SP, 2019, s/p).⁹

Conforme já foi visto ao longo dessa pesquisa que o plano internacional oferece aos governos subnacionais uma oportunidade de realizar parcerias e buscar investimentos para colaborar com o desenvolvimento de suas localidades. Conforme se pode observar com os casos do município de São Paulo e do estado do Rio de Janeiro que foram expostos brevemente aqui neste capítulo que a institucionalização das atividades paradiplomáticas através da criação de um órgão de assuntos internacionais trouxeram benefícios para o fortalecimento do poder público estadual e municipal. Deve-se salientar que outros estados e municípios brasileiros, além dos quais aqui foram citados, possuem uma atuação bem ativa no cenário internacional, tais como: os estados de Pernambuco, Rio Grande do Sul e Santa Catarina e os municípios de Belo Horizonte (MG), Porto Alegre (RS) e Rio de Janeiro (RJ).

Observa-se que a institucionalização das atividades paradiplomáticas dos governos subnacionais brasileiros por meio da criação de órgão específico para lidar com plano internacional é a forma mais hábil de inserção internacional, em razão de que tais organismos possuem profissionais capacitados para gerir as iniciativas internacionais e ainda ajudam na manutenção da presença dos estados e municípios no cenário internacional. Apesar dos benefícios que a criação de um órgão de relações internacionais pode trazer para gestão local, verifica-se que as atuações internacionais dos estados e municípios brasileiros estão sujeitos a passar por momentos de descontinuidade das ações internacionais desenvolvidas, na maioria das vezes

⁹ Mais informações consultar o site oficial da SMRI-SP. Ver nas referências bibliográficas

ocasionada pela alternância política na administração pública local, pela quebra de gestão, pelo orçamento restrito ou pelo enfraquecimento do setor de relações internacionais que de certo modo inibem ou retardam o progresso das atividades internacionais dos estados e municípios brasileiros, com isso acarretando na perda dos benefícios que já tinha sido obtido até aquele período com as empreitadas internacionais e até mesmo em alguns casos levando a extinção desses órgãos (ALVES, 2016; JUNQUEIRA, 2015; NUNES, 2005).

3.2 Experiências paradiplomáticas no mundo: os casos da Argentina e do México

Nesta seção serão apresentados brevemente os casos paradiplomáticos de sucesso dos seguintes países: Argentina e México. Tais países foram escolhidos para ser objeto de estudo dessa seção em razão do fato de possuírem uma regulamentação que normatiza e possibilita o desenvolvimento das atividades paradiplomáticas das suas unidades administrativas subnacionais e pelas similaridades socioeconômicas e políticas com o Brasil. Além do mais, os casos que serão apresentados aqui poderão servir de inspiração ou base constitucional para o governo brasileiro em um futuro debate acerca da regulamentação das atividades paradiplomáticas dos estados e municípios brasileiros. Conforme pode ser visto abaixo nos dizeres de Castelo Branco (2011, p.64 apud SIMINI & TEORO, 2017, p.50):

O estudo dos modelos de paradiplomacia já existentes servem de importante parâmetro para o desenvolvimento de tal prática no ordenamento jurídico brasileiro. Podem servir, inclusive, de modelo de legitimidade enquanto o debate não se aprofunda nos foros adequados, podendo respaldar, ou até mesmo, desautorizar, as práticas às vezes simuladas, e outras explícitas de tais condutas no Brasil.

A República Argentina é um país que está localizado no sul da América do Sul e que faz fronteira com Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai. O sistema político argentino é democrático e federativo e composto por 23 províncias mais a cidade autônoma de Buenos Aires. É possível perceber alguns fatores que possibilitaram o exercício da atividade paradiplomática em solo argentino, tais como: o avanço do processo de globalização, a reivindicação histórica das províncias argentinas por mais autonomia política, o processo de redemocratização nos anos 80 e o processo de

integração regional que através da assinatura do Protocolo 23 de 1988 institucionalizou o exercício da paradiplomacia na região fronteira entre Argentina e Brasil.

No ano de 1994, a República Argentina passou por uma reforma constitucional que reconheceu e legitimou a participação dos governos subnacionais argentinos na política externa nacional. Conforme pode ser visto no artigo de nº124 da Constituição argentina que diz que as províncias têm o direito de criar regiões de desenvolvimento socioeconômico e ainda mais o estabelecimento de órgãos para execução destas finalidades. As províncias também ganharam autonomia para firmar acordos e convênios internacionais com outros atores internacionais, desde que tais iniciativas estejam alinhadas com o interesse do governo central argentino e com conhecimento do Congresso Nacional. Além do mais, tais ações internacionais desenvolvidas pelas unidades subnacionais argentinas não podem ultrapassar o poder delegado ao governo central e nem comprometer o crédito público da União.

A expressa impossibilidade de as províncias argentinas celebrarem atos internacionais que sejam incompatíveis com a política exterior e os interesses do ente central conferem legitimidade a essas atividades paradiplomáticas, garantem o uso moderado e limitado do instituto e autorizam a sua desconstituição em caso de desrespeito das normas aplicadas (CASTELO BRANCO, 2011, p. 69 apud SIMINI & TEORO, 2017, p.52)

O processo de integração regional por meio do estabelecimento do Mercosul e a normatização das atividades paradiplomáticas em 1994 criou uma espécie de “regionalismo transnacional” que acarretou no aumento das iniciativas internacionais dos governos subnacionais argentinos, tal fato pode explicar a concentração de iniciativas internacionais na região do Cone Sul (ISER, 2013; CASTELO BRANCO, 2008). Assim sendo, dentre as dinâmicas que os governos subnacionais argentinos participam no âmbito do Cone Sul pode citar o Mercado Comum das cidades (Mercocidades)¹⁰ e Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR)¹¹.

¹⁰ É uma cooperação descentralizada no âmbito do MERCOSUL criada em 1995 com o objetivo de fortalecer a integração regional, bem como, estimular o desenvolvimento e a cooperação dos governos subnacionais locais.

¹¹ A FCCR foi criada no ano de 2004, porém só iniciou as suas atividades no ano de 2007 durante o encontro do XXXII Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul no Rio de Janeiro. Tal foro foi instituído com intuito de estimular o diálogo e a cooperação entre as autoridades dos governos subnacionais dos Estados que compõem o Mercosul.

De acordo com Iser (2013) a institucionalização das atividades paradiplomáticas em solo argentino em 1994 possibilitou o aumento do ativismo internacional dos governos subnacionais argentinos que implicou na abertura de diversos escritórios de representação no exterior e na celebração de muitos acordos de cooperação com diversos governos estrangeiros e entidades internacionais. Um exemplo desse ativismo por parte dos governos subnacionais argentinos é o caso da província de Córdoba que além de utiliza-se da celebração de acordos com governos e entidades internacionais para inserir-se no plano internacional, a província possui escritórios de promoção comercial à exportação de espalhados em muitas cidades do globo a exemplo de cidades como Nova York, Madrid e São Petersburgo. Só no ano de 2007, a província de Córdoba comercializou os seus produtos para mais de 170 nações e ainda continha nesse período por volta de 1140 empresas exportadoras inscritas no órgão de oferta exportável da província (ARIAS, 2008 apud FRÓIO & MEDEIROS, 2011; MANCINI, 2007).

Além do caso de Córdoba supracitado, outro exemplo de província que é bem ativa na cena internacional é a província de Misiones em razão da sua localização geográfica que faz desse ente subnacional um agente natural do processo de integração regional na região do Cone Sul e ainda possui diversos acordos de cooperação com os governos subnacionais brasileiros da região sul do país (COLACRAI, 2004 apud FRÓIO & MEDEIROS, 2011). Por outro lado, cabe mencionar aqui as experiências paradiplomáticas da província de Salta que celebrou 39 acordos internacionais entre os anos de 1994 a 2005 e a província de Rio Negro que fica na região da Patagônia que em razão da sua localização geográfica tem uma capacidade de atrair grande número de turistas para sua localidade por causa das suas belezas naturais, de modo que entre o período de 1994 a 2008 foram assinados mais 14 acordos internacionais com outros governos e entidades internacionais (CARI, 2008 apud FRÓIO & MEDEIROS, 2011).

É importante ressaltar que tais iniciativas internacionais desenvolvidas pelas províncias argentinas transpassam os espaços geográficos das fronteiras do Cone Sul, como é o caso das províncias argentinas de Salta e Misiones que possuem acordos de cooperação nas mais diversas áreas com outras regiões do globo, como a exemplo com as regiões da Federação Russa e da Ucrânia (MANCINI, 2007; ISER, 2013).

Nessa segunda parte dessa seção será apresentada a experiência paradiplomática dos governos subnacionais mexicanos. Primeiramente deve-se entender que o México é um país que fica localizado na América do Norte e faz fronteiras com

Estados Unidos da América (EUA) ao norte e ao sul com Belize e Guatemala. Os Estados Unidos Mexicanos é uma República constitucional federativa que é composta por 31 estados autônomos mais a cidade do México. Sendo assim, Velázquez (2007) destaca que existem cinco fatores que impulsionaram o desenvolvimento das atividades paradiplomáticas dos governos subnacionais mexicanos que foram: o avanço do processo de globalização e interdependência econômica; o processo de redemocratização mexicano a partir do final dos anos 1980; a competição por mercados nacionais e internacionais fez com que os governos subnacionais mexicanos tornassem mais ativos no plano internacional; a maior descentralização da política, especialmente das políticas de promoção dos negócios internacionais; e por fim, o aumento dos fluxos migratórios, em especial para os EUA.

A Constituição mexicana de 1917 encarrega o Governo Federal à competência de conduzir as relações internacionais e firmar acordos e tratados internacionais. Apesar dessa limitação constitucional, nota-se que entrou em vigor no ano de 1992 a *Ley de la Celebración de Tratados* que concedeu aos governos subnacionais mexicanos o direito de firmar acordos internacionais com outros governos e entidades internacionais nos limites das suas competências constitucionais, assim normatizando as atividades paradiplomáticas dos entes subnacionais mexicanos. Entretanto, deve-se salientar que tais acordos não podem ser firmados em casos em que: se o tema for de competência do Poder Legislativo, se afeta o território nacional, se a esfera legal dos indivíduos é afetada, se amplia ou altera a legislação vigente e não pode comprometer o crédito público da União.

Os estados mexicanos se utilizam do estabelecimento de órgãos específicos de relações internacionais ligado administração pública estadual como ferramenta para se inserir no plano internacional de forma mais eficiente e proveitosa. As principais atividades que são desempenhadas por tais órgãos são de promoção das exportações e a captação de investimentos estrangeiros. Além do mais, tais escritórios têm um papel muito importante na conservação da presença dos estados mexicanos na cena internacional (VELÁZQUEZ, 2007). Sendo assim, cabe mencionar aqui alguns exemplos de atividades internacionais desenvolvidas por alguns estados mexicanos:

Jalisco que cuenta con una Oficina de Asuntos Internacionales y un Instituto de Fomento al Comercio Exterior; Chiapas con una Coordinación de Relaciones Internacionales que en 2002 atendía ya relaciones con 43 países de los cinco continentes; Guanajuato con una Coordinadora de fomento al comercio exterior; Baja California Sur con una Dirección General de Comercio Exterior; Baja

California con una Dirección de Relaciones Internacionales; Durango y San Luis Potosí también cuentan con oficinas encargadas de asuntos internacionales; el Estado de México ha abierto oficinas de promoción de inversiones en Houston, Nueva York, Madrid y San Salvador y ha firmado acuerdos con organismos internacionales; firmó convenios de cooperación e intercambio económico, social y cultural con la provincia china de Guandong, vecina de Hong Kong y una de las más industrializadas de la República Popular China, mediante la firma de una Declaración Amistosa de Fomento de las Relaciones entre las dos entidades (ARÁMBULA, 2008, p. 16 apud ARANA, 2015, pp. 32-33).¹²

As primeiras iniciativas paradiplomáticas formais desenvolvidas pelos governos subnacionais mexicanos aconteceram nas regiões fronteiriças com os EUA no ano de 1980, quando foi realizada a primeira Conferência de Governadores de Fronteiras (CGF) México-Estados Unidos. A ideia de realizar tal conferência tem o intuito de debater e propor acordos de soluções para problemas socioeconômicos que afetam a fronteira dessas duas nações. As reuniões da CGF ocorrem até os dias atuais com encontros anuais entre os Governadores desses 10 estados que compõem essa conferência (VELÁZQUEZ, 2007; ARANA, 2015). É importante frisar que o processo de integração regional que foi estabelecido por meio da assinatura do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA)¹³ estreitou os vínculos socioeconômicos e políticos entre os governos subnacionais mexicanos e estadunidenses, causando assim um aumento das atividades internacionais dos estados mexicanos, principalmente dos estados que estão localizados nas regiões fronteiriças com os EUA.

De acordo com o estudo realizado por Velázquez (2007) foi constatado que os estados mexicanos que possuem escritórios estaduais para assuntos internacionais têm alguns aspectos em comuns: têm aqueles que com maior dinamismo econômico (Estado do México, Nuevo León, Jalisco e Guanajuato), e de outro lado, há aqueles estados localizados nas regiões fronteiriças (Baixa Califórnia, Nuevo León, Coahuila e Chiapas) e por fim, há aqueles que contam com grande número de migração (Oaxaca, Michoacán e Zacatecas).

¹² Jalisco, que tem um Escritório de Assuntos Internacionais e um Instituto para a Promoção do Comércio Exterior; Chiapas com uma Coordenação de Relações Internacionais que em 2002 já servia de relações com 43 países dos cinco continentes; Guanajuato com um coordenador para a promoção do comércio exterior; Baixa Califórnia do Sul com uma Direção Geral de Comércio Exterior; Baixa Califórnia, com um escritório de relações internacionais; Durango e São Luís Potosí também têm escritórios encarregados de assuntos internacionais; o Estado do México abriu escritórios de promoção de investimentos em Houston, Nova York, Madrid e San Salvador e assinou acordos com organizações internacionais; acordos assinados de cooperação e intercâmbio econômico, social e cultural com a província chinesa de Guandong, vizinha de Hong Kong e uma das mais industrializadas da República Popular da China, por meio da assinatura de uma declaração amigável para promover as relações entre as duas entidades (tradução livre).

¹³ É um bloco econômico composto pelos EUA, Canadá e México que foi fundado em 01 de janeiro de 1994 com objetivo de reduzir e eliminar as barreiras comerciais entre os três países que formavam a América do Norte (tradução livre).

Através dos casos que aqui foram apresentados brevemente nesse capítulo, pode-se observar que existem diversos fatores externos e internos favoreceram o desenvolvimento da atividade paradiplomática nessas localidades. Além disso, foi notado que as atividades internacionais das unidades administrativas da Argentina, do Brasil e do México estão alinhadas com os interesses dos seus governos centrais, sendo assim não apresentando uma ameaça a soberania nacional desses Estados. Além do mais, nota-se que a regulamentação das atividades paradiplomáticas na Argentina e no México favoreceu o desenvolvimento e forneceu uma segurança jurídica para as ações externas dos governos subnacionais dessas duas nações. Diferentemente do caso do Brasil que a atividade paradiplomática não possui previsão constitucional expressa, porém tal fato não inibiu o desenvolvimento e a proliferação de tal atividade em solo brasileiro.

Ainda no caso brasileiro é verificado que a falta de uma regulamentação de tal atividade acarreta perdas socioeconômicas para os estados e municípios brasileiros, tendo em vista que atuação internacional dos governos subnacionais é uma realidade desse novo cenário internacional globalizado e interdependente. Além disso, a falta de respaldo legal para exercício da paradiplomacia causa uma insegurança jurídica, devido ao fato que as atividades internacionais dos municípios e estados brasileiras são inconstitucionais tendo em mente que tais ações vão contra o que prevê a CF de 1988.

Diante de tudo que foi exposto até aqui, no próximo capítulo será exibido à trajetória de atuação internacional do município do Recife-PE de 2005-2018 por meio da apresentação da participação do município nas redes internacionais de cidades e dos acordos firmados e negociados com os governos subnacionais de outros países para o atendimento às demandas municipais.

4. A TRAJETÓRIA PARADIPLOMÁTICA DO MUNICÍPIO DO RECIFE – PE

4.1 Características do município do Recife - PE

A cidade do Recife fundada no ano de 1537 pelos portugueses é a capital do estado de Pernambuco que está localizada na região nordeste do Brasil, com uma extensão territorial de 218,843 km² e conta com uma população estimada em 1.637.834 habitantes (IBGE, 2018). O município do Recife faz limites com os municípios de Camaragibe, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista e São Lourenço da Mata e com o oceano atlântico. A cidade do Recife é conhecida como a Veneza brasileira, em razão da grande quantidade de canais e pontes que atravessam o município. Além disso, a capital pernambucana é famosa pela sua arquitetura, pela sua história, pelas suas manifestações culturais e folclóricas, pela beleza das suas praias e pelo seu artesanato. É importante mencionar que tais características contribuem para a atração de grande número de turistas de várias regiões do globo para o seu território.

De acordo com o IBGE (2016) a cidade do Recife tem um PIB de cerca de R\$ 49 bilhões e sua economia gira em torno do setor de prestações de serviços, onde se destacam as áreas de comércio, construção civil, indústria da economia criativa, tecnologia da informação e comunicação, médico-hospitalares e turismo. Além do mais, a cidade abriga em seu território o maior parque tecnológico do país que é o Porto Digital, o segundo maior polo médico do Brasil, ficando atrás só da cidade de São Paulo e ainda é o terceiro maior polo gastronômico do Brasil.

A cidade do Recife faz parte da Região Metropolitana do Recife (RMR), conhecida também como Grande Recife que foi criada em 1973 que reúne além da capital pernambucana mais quatorze municípios (Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista, Igarassu, Abreu e Lima, Camaragibe, Cabo de Santo Agostinho, São Lourenço da Mata, Araçoiaba, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Moreno, Itapissuma e Goiana). Sendo assim, a RMR é a quinta maior região metropolitana do Brasil, contando uma estimativa de 4.054.866 milhões de habitantes e um PIB de aproximadamente de R\$ 105 bilhões, desse modo colocando o Grande Recife como o maior aglomerado urbano e a mais rica região metropolitana do Norte-Nordeste (IBGE, 2016; IBGE, 2018).

A região metropolitana do Grande Recife possui três polos indústrias que são destaques, o primeiro é o Porto de Suape em Ipojuca, segundo polo está localizado nos

municípios de Igarassu e Itapissuma que é de bebidas e alimentos e o terceiro está localizado em Goiana que é o polo automotivo e farmacológico (em construção). Dessa maneira, a RMR constitui-se como um aglomerado econômico de ampla densidade demográfica com um grande número de empreendimentos e indústrias em seu entorno, tais como: Estaleiro Atlântico Sul, Amanco, Arcor do Brasil, Bunge Alimentos, Coca-Cola, Vard Promar, Unilever e White Martins, ambas as empresas estão situadas no Complexo Industrial Portuário de Suape em Ipojuca; Grupo Petrópolis sediado em Itapissuma; e Hemobrás (empresa-âncora do polo farmacológico que está em construção) e a fábrica da Jeep, ambos os negócios sediados no município de Goiânia. É importante aludir que apesar de que tais empreendimentos estarem localizados em outros municípios do Grande Recife, tais empresas buscam na cidade do Recife o apoio necessário nas mais diversas áreas, dessa forma favorecendo assim a criação de novos negócios na capital pernambucana.

Como o enfoque desta pesquisa é atuação internacional do município do Recife, verifica-se que a cidade possui em seu território um escritório de representação do Itamaraty (ERENE) e ainda conta com mais de trinta representações diplomáticas, colocando o município de Recife no topo do ranking como a cidade que tem o maior número de consulados estrangeiros fora do eixo das cidades de Rio de Janeiro e São Paulo, sendo inclusive a única cidade, com exceção daquelas duas mencionadas anteriormente que tem Consulados-Gerais de países como China, Estados Unidos, França e Reino Unido. Além disso, na área da diplomacia comercial a cidade do Recife possui em seu território muitas câmaras de comércio e escritórios de promoção de negócios de diversos países como Argentina, Canadá, Estados Unidos e Itália. Dessa maneira, compreende-se que essa presença internacional no território recifense só confirma a vocação histórica do município como centro de intercâmbio comercial e político, assim consolidando a sua inserção internacional.

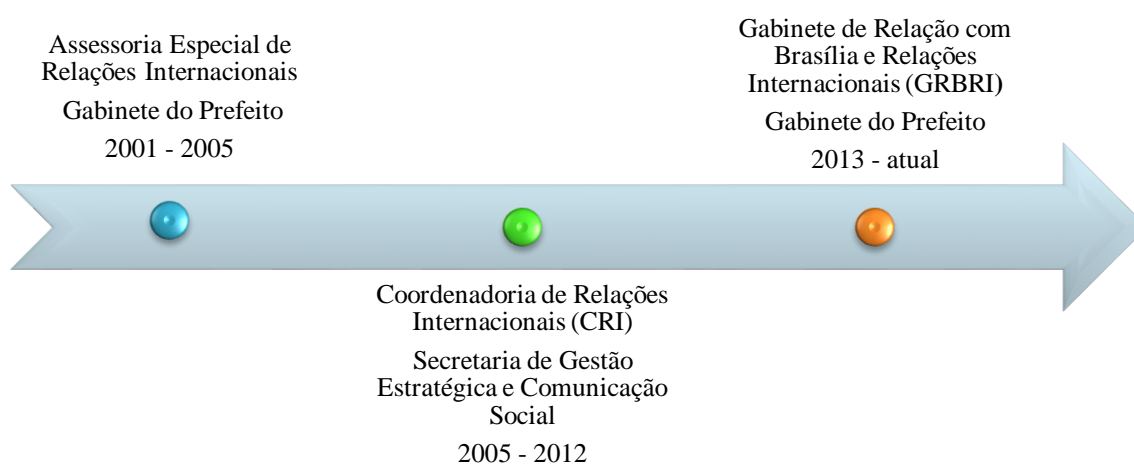
4.2 A atuação internacional do município do Recife - PE

Conforme foram apresentadas na seção anterior as características socioeconômicas e culturais do município do Recife, assim sendo, verifica que a gestão pública municipal no mandato do Prefeito João Paulo Lima e Silva (2001-2008) com intuito de aproveitar todas essas potencialidades que a cidade possui de inserir-se no plano internacional que no ano de 2001 foi criada a Assessoria Especial de Relações Internacionais que estava

subordinada diretamente ao Gabinete do Prefeito para prestar apoio técnico nas articulações internacionais do município. Tal Assessoria Especial foi substituída no ano de 2005 pela Coordenadoria de Relações Internacionais (CRI) que estava vinculada à Secretaria de Gestão Estratégica e Comunicação Social que de acordo com decreto de nº 17.108/2005 tinha como responsabilidades de administrar e coordenar os processos de relações internacionais e de prestar auxílio na busca de intercâmbios, irmanamentos, investimentos e participação nas redes internacionais de cidades com intuito de ampliar o desenvolvimento cultural, turístico e socioeconômico da cidade do Recife.

A CRI ficou responsável por administrar e prestar apoio na inserção internacional do município do período de 2005 a 2012, em decorrência da ascensão do Prefeito Geraldo Júlio de Mello Filho (2013-2020) a administração pública municipal da cidade do Recife em 2013, a CRI foi substituída pelo Gabinete de Representação em Brasília e Relações Internacionais (GRBRI) que está vinculado diretamente ao Gabinete do Prefeito. O decreto de nº 29.459 de 2016 define como as principais funções da GRBRI são de estabelecer e manter contatos com Governo Federal, governos estrangeiros, OIT e outras entidades internacionais. E ainda compete a GBBRI a responsabilidade de captar e elaborar projetos em conjunto com estas entidades mencionadas anteriormente com intuito de trazer benefícios para o município e além de instituir ações e diretrizes para melhoria e aperfeiçoamento de políticas públicas que colaborem para o desenvolvimento da cidade.

Figura 01 – Linha de evolução do órgão de Relações Internacionais do município do Recife - PE



Fonte: ALMEIDA (2013), GRBRI (2019) e SIQUEIRA (2012).

Um dos mecanismos que a cidade do Recife utiliza para inserir-se no plano internacional é a celebração de acordos de cooperação técnica e irmanamento. Essas duas modalidades de acordos possibilitam o compartilhamento de conhecimento sobre políticas públicas e projetos de diferentes temáticas como a exemplo nas áreas de turismo, educação e outros assuntos de interesses de ambas as partes com o intuito de promover o desenvolvimento de suas localidades. É preciso salientar que o processo de irmanamento não é um procedimento de escolha casual, são levadas em conta conexões históricas entre as partes e até mesmo similaridades econômicas e ideológicas, conforme pode ser visto abaixo:

The choice of country and specific community within it is not a random process; historical connections, shared economic, cultural, recreational, and ideological concerns, similar or identical place names, and, to a certain extent, the friction of distance, all play meaningful roles. [...] Although twinning for the most part reinforces and humanizes the political and economic interests of the participating nation-states, a significant minority of these relationships promote ideological and humanitarian programs that may be at odds with official policy (ZELINSKI, 1991, p.1 apud SUGISAWA, 2008, p.89).¹⁴

É observado que uma das primeiras iniciativas internacionais do município do Recife foi um acordo de gemação firmado entre as Câmaras Municipais da cidade do Porto em Portugal e a capital pernambucana no ano de 1981 que tinha como intuito a cooperação científica, cultural, socioeconômica e política entre as cidades (RELATÓRIO DA CRI, 2012 apud ALMEIDA, 2013; SIQUEIRA, 2012).

No ano de 2003, a cidade do Recife firmou um acordo de cooperação técnica com a cidade francesa de Nantes que tinha como finalidade a cooperação entre as duas cidades nas áreas de cultura e desenvolvimento econômico. Com intuito de ampliar e fortalecer os laços de amizade existentes entre as duas cidades foi celebrado em 2005 um acordo de irmanamento entre as partes. Em 2006 foi reativado o acordo de cooperação as cidades de Nantes e Recife que contou com adição da temática de direitos humanos ao acordo. Os laços entre a capital pernambucana e cidade francesa de Nantes foram reforçados com assinatura do Plano Plurianual no ano de 2011 (PREFEITURA DA

¹⁴ A escolha do país e da comunidade específica, não é um processo aleatório; ligações históricas, similaridades econômicas, culturais, recreativas e preocupações ideológicas, nomes de lugares ou da cidade semelhantes ou idênticas, e, em certa medida, à distância, todos desempenhando papéis significativos. [...] Embora a irmandade reforce e humanize, em maior parte, a política e os interesses econômicos dos Estados-Nação participantes, uma minoria significativa destas relações ideológicas e humanitária promove programas que possam estar em contradição com a política oficial (tradução livre).

CIDADE DO RECIFE, 2011; RECIFE, 2005; RELATÓRIO DA CRI, 2012 apud ALMEIDA, 2013; SIQUEIRA, 2012).

Além disso, no ano de 2017, o diretor-geral da Samoa que é empresa pública da Prefeitura de Nantes esteve na cidade do Recife e acompanhado pelo adido de Cooperação e Ação Cultural do Consulado Francês em Recife participou de uma reunião com Chefe da GBBRI. Tal visita possuía como intuito de fomentar a proximidade entre a cidade francesa e a capital pernambucana no campo da indústria criativa e da inovação (FOLHA DE PERNAMBUCO, 2017).

O que diz respeito aos projetos desenvolvidos que foram frutos dessa parceria, pode-se mencionar aqui a criação do centro público de economia solidária na comunidade Caranguejo/Tabaiães que está localizada entre os bairros da Ilha do Retiro e Afogados da cidade do Recife que tem como objetivo de desenvolver a prática da economia solidária. Além disso, aconteceram intercâmbios culturais entre as duas cidades, a exemplo a exposição “Recife, a cidade multicultural do Brasil”, em Nantes nos meses de agosto e setembro de 2003 e a exposição “Viagens a Nantes” ocorrida no Recife nos meses de julho a agosto de 2005 (RELATÓRIO DA CRI, 2012 apud ALMEIDA, 2013; SIQUEIRA, 2012, PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2011).

Em 2003 tiveram início as negociações do acordo de irmanamento entre as cidades de Guangzhou (China) e a capital pernambucana. É importante mencionar aqui que tais negociações foram reforçadas com visita oficial realizada pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) a China no ano de 2004 que tinha como finalidade aproximação cultural, econômica e política entre as duas nações. Os laços entre as duas cidades foram estreitados com celebração do acordo de irmanamento, quando o prefeito João Paulo viajou até a cidade chinesa no ano de 2007. Entre as atividades a serem desenvolvidas como resultados desse acordo entre os municípios destacam-se: o intercâmbio entre empresas do Recife e de Guangzhou nas áreas de consultoria, tecnologia de informação, microcrédito e desenvolvimento urbano; o intercâmbio de estudantes universitários e estágio de representantes de ambas as Prefeituras na área de Relações Internacionais (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2012; RELATÓRIO DA CRI, 2012 apud ALMEIDA, 2013; SIQUEIRA, 2012).

No ano de 2010, o Coordenador da CRI realizou uma visita à cidade chinesa de Guangzhou, onde foram rediscutidos os projetos a serem implementados nas áreas de cultura, desenvolvimento urbano e educação. Nesta visita ficou acordado que seria elaborado um acordo de cooperação técnica entre a Universidade Federal de

Pernambuco e a Universidade de Estudos Estrangeiros de Guangdong. A cidade do Recife recebeu em 2012 uma comitiva composta por funcionários públicos da cidade de Guangzhou com o objetivo de debater, juntamente com a CRI e demais departamentos ligados ao Gabinete do Prefeito, acerca de projetos relacionados ao tratamento de resíduos sólidos e habitação direcionada para a população de baixa renda. Ainda no mesmo ano, uma comitiva da cidade do Recife formada pelo Prefeito, a Presidente da Empresa de Urbanização (URB), o Coordenador de CRI e as Secretárias de Assuntos Jurídicos e Controle e Desenvolvimento Urbano e Obras da época visitaram a cidade de Guangzhou com intuito de intensificar as relações com a cidade chinesa para o fomento a investimentos, à ciência e tecnologia, cooperação cultural, além das trocas de boas práticas e experiências (RELATÓRIO DA CRI, 2012 apud ALMEIDA, 2013; SIQUEIRA, 2012; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2012).

No ano de 2012, a Prefeitura do Recife por meio da CRI e das secretarias de Gestão e Planejamento e Especial de Políticas para Juventude da cidade recebeu uma delegação da cidade chinesa de Guangzhou que tinha como objetivo conhecer as políticas públicas municipais voltadas para a juventude. Nesta visita foram debatidos os temas relacionados à política educacional, proteção dos direitos e interesses do jovem e a participação do adolescente no serviço da comunidade e de gestão. Além dessa reunião, a comitiva chinesa conheceu o Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães no bairro da Imbiribeira, a Escola Municipal Maria de Sampaio e a Academia da Cidade, ambas localizadas no bairro do Ibura na zona sul do Recife (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2012)

No ano de 2017, uma comitiva governamental da cidade de Guangzhou realizou uma visita ao Recife para renovar os laços de irmandade com a capital pernambucana. Neste encontro, os representantes das duas cidades discutiram acerca do interesse da cidade chinesa na preservação do patrimônio histórico do município do Recife e das futuras ações que serão desenvolvidas entre as duas partes. Além do mais, nesta visita da comitiva chinesa a cidade do Recife estava presente o Comitê Permanente da Assembleia Popular da cidade de Guangzhou que aproveitou a ocasião para celebrar um memorando de intensificação de intercâmbio e cooperação com a Câmara Municipal do Recife (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2017).

Além da cidade de Guangzhou, a capital pernambucana tem laços de irmandade com outra cidade chinesa, a de Chengdu. Em 2016 foi assinado o acordo de irmanamento entre as cidades de Chengdu e do Recife, entretanto as cidades já

mantinham relações desde 2015, quando uma comitiva da cidade chinesa veio ao Recife. Em julho de 2016, uma comitiva da Prefeitura do Recife realizou uma visita a Prefeitura de Chengdu e participaram da Semana dos Servidores Cíveis das Cidades Irmãs de Chengdu. Tal evento possuía o intuito de apresentar as principais políticas públicas de desenvolvimento local adotada pela cidade de Chengdu para as suas cidades-irmãs (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2016).

Em 2010 foi firmado um acordo de cooperação entre a cidade portuguesa de Barcelos e a capital pernambucana, tal acordo tinha como intuito de estimular e desenvolver ações e projetos nas áreas de políticas culturais, tecnologia da informação, política de gênero, erradicação de endemias e a promoção de relações bilaterais ao nível comercial e industrial entre as duas cidades. Em agosto de 2010 aconteceu à primeira ação dessa cooperação que consistiu no envio de peças artesanais de artesãos recifenses para cidade portuguesa de Barcelos com a finalidade de promover a cidade do Recife durante a “Feira de Artesanato”. Além disso, o Presidente da Câmara Municipal de Barcelos, Miguel Costa Gomes, realizou uma visita de cortesia a capital pernambucana no ano de 2011, onde se reuniu com o Prefeito João da Costa Bezerra Filho (2008-2012) para discutir os principais eixos do acordo de cooperação que foi firmado entre as duas cidades no ano de 2010 (RELATÓRIO DA CRI, 2012 apud ALMEIDA, 2013; SIQUEIRA, 2012; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2011; PREFEITURA DA CIDADE DE BARCELOS, 2010).

No ano de 2007 foi firmado um protocolo de intenção de cooperação entre as cidades de Santiago de Cuba em Cuba e Recife que tinha como intenção o fortalecimento das relações entre as duas cidades nas áreas de cultura, educação, esporte e saúde. Além disso, a cidade do Recife manteve contato nos anos de 2008 e 2010 com alguns governos subnacionais do continente africano com objetivo de firmar possíveis acordos de cooperação descentralizada. Para verificar tal informação, cabe mencionar a reunião que a Prefeitura do Recife teve com Gabinete de Relações Internacionais da cidade moçambicana de Maputo, onde ambas as partes demonstraram interesse de estabelecer um acordo de cooperação em diversas áreas, tais como: cultura; política de emprego e renda, economia solidária, esportes, lazer e saúde. A cidade recebeu em 2010 uma comitiva moçambicana composta por prefeitos e técnicos de diversas cidades moçambicanas. Nesta visita os diversos departamentos que compõem a Secretária de Finanças do município do Recife apresentaram a esta comitiva dados referentes ao

desempenho econômico-financeiro da cidade (RELATÓRIO DA CRI, 2012 apud ALMEIDA, 2013; SIQUEIRA, 2012).

Além dessa tentativa supracitada do município do Recife em manter contato com os governos subnacionais do continente africano, no ano de 2008 o Governo Provincial de Luanda na Angola enviou para a Prefeitura do Recife uma minuta de acordo de cooperação técnica que possuía a finalidade de promover o intercâmbio e o desenvolvimento de iniciativas em conjunto e ainda se discutiu também o estabelecimento de uma Comissão Mista com o intuito de monitorar e revisar a implementação do referido acordo. E por fim, em 2010 a cidade manteve o entendimento com a cidade de Argel na Argélia para uma possível celebração de um acordo de cooperação nas áreas de saúde, esportes e saneamento ambiental. É importante mencionar que essa aproximação entre a cidade argelina de Argel e a capital pernambucana contou com mediação da AFEPA (RELATÓRIO DA CRI, 2012 apud ALMEIDA, 2013; SIQUEIRA, 2012).

Sendo assim, verifica-se que em meio aos diversos acordos celebrados e negociados entre a cidade do Recife com outros atores internacionais não saíram do papel e não deixam claro quais objetivos que queriam ser alcançado com tais parcerias firmadas ou até a mesmo a falta de informação sobre as iniciativas desenvolvidas pela cidade, como a exemplo do envio de artesanatos para uma feira ocorrida na cidade portuguesa de Barcelos ou envio de uma amostra cultural para a cidade francesa de Nantes, não tem informação referente à quantidade, a finalidade e quais foram os artistas escolhidos para levar seus trabalhos para o velho continente. Tais exemplos referidos anteriormente mostra-se uma falta de clareza da gestão municipal sobre os objetivos e metas que queriam ser alcançados com essa empreitada internacional.

Além disso, percebe-se que esses acordos de cooperação técnica e irmanamento são efêmeros e seus cumprimentos ficam apenas na obrigação moral das partes assinantes, isso acontece em razão da falta de um respaldo legal. E além do mais, há um contexto que favorece a celebração desses acordos, mas depois são esquecidos. Pode-se verificar essa afirmação citando os exemplos dos acordos e das negociações entre a capital pernambucana e governos subnacionais africanos e a cidade chinesa de Guangzhou que foram reforçados através do estreitamento das relações políticas e comerciais do governo central brasileiro com o continente africano e a China durante o governo do Presidente Lula (2003-2010), assim sendo, tal aproximação entre os governos centrais dessas nações favoreceram as tentativas do município do Recife em estabelecer relações

com governos subnacionais africanos e a cidade de Guangzhou nesse período. Dessa maneira, compreende-se por meio desses exemplos referidos antes que a política externa brasileira favorece as iniciativas paradiplomáticas dos estados e municípios, assim demonstrando que as atividades internacionais da União e dos estados e municípios brasileiros estão conectadas e são complementares.

Além dos acordos de cooperação e irmanamento, a cidade do Recife participa de duas iniciativas de redes internacionais de cidades. Entende-se que as redes de cidades internacionais consistem em organizações compostas por diversos atores subnacionais que possuem objetivos em comuns e compartilham entre si experiências e boas práticas. As redes internacionais possuem como principais características a descentralização do poder decisório, falta de hierarquia e a autonomia dos seus membros. De acordo com Fronzaglia (2005) as redes internacionais de cidades estão divididas em dois tipos que são as mundiais e regionais. Compreende-se por redes mundiais são compostas por integrantes de várias regiões do globo que tem como finalidade fomentar o debater acerca dos problemas comuns e o compartilhamento de experiências e boas práticas, a exemplo do Conselho Internacional para Iniciativas Ambientais Locais (ICLEI, sigla em inglês)¹⁵ que posteriormente será apresentada nessa seção. Por outro lado, as redes regionais são redes compostas por unidades administrativas subnacionais de uma região ou continente, na maioria das vezes tais redes são instituídas por meio de um bloco de integração regional como é caso da rede Mercocidades que será exibida mais adiante nessa seção. Há uma diferença entre as finalidades de atuação desses dois tipos de redes, primeiramente as redes mundiais estão focadas em temáticas mais amplas do plano internacional, já por outro lado, as regionais estão empenhadas em descobrir soluções para os problemas locais de suas próprias regiões.

A cidade do Recife participa de duas redes de cidades internacionais: ICLEI e Mercocidades. O que tange a participação da cidade do Recife na rede da Mercocidades, primeiramente deve-se ter em mente que a Mercocidades consiste em uma rede de cooperação descentralizada no âmbito do Mercosul que foi fundada no ano de 1995 e conta hoje com um total de 349 componentes. Além disso, dentre os diversos objetivos que a rede de Mercocidades possui, destacam-se de promover a integração regional dos governos locais dentro do Mercosul, regularizar a representação institucional de Mercocidades, instituir ações e políticas em parcerias entre as cidades e estimular a

¹⁵ International Council for Local Environmental Initiatives (ICLEI)

trocar de experiências e boas práticas entre os membros da rede. Atualmente a rede Mercocidades é dividida em quinze Unidades Temáticas (UTs) e sete grupos e comissões de trabalho (MERCOCIDADES, 2019).

A cidade do Recife participa da rede de Mercocidades por meio da participação em eventos, seminários e nas UTs, nas quais são debatidas políticas referentes às temáticas importantes o que diz respeito à integração municipal do Mercosul. Conforme as atas das Assembleias de Mercocidades verifica-se que a participação da capital pernambucana na rede Mercocidades teve início na VIII Assembleia da rede que sucedeu na cidade paraguaia de Assunção no ano de 2002, quando a cidade foi eleita para ser subcoordenadora da UT de Desenvolvimento Econômico Local. Em 2003 na IX Assembleia de Mercocidades que acontece na cidade uruguaia de Montevideú, o município do Recife foi reeleito subcoordenador da UT de Desenvolvimento Econômico Local. Na X Assembleia da rede Mercocidades que ocorre no ano de 2004 na Buenos Aires na Argentina, o Recife foi eleito como suplente para o Conselho da rede, coordenador da UT de Desenvolvimento Urbano e subcoordenador da UT de Juventude. No ano de 2005 aconteceu a XI Assembleia da rede na cidade paulista de Santo André, neste encontro a cidade do Recife foi reeleita coordenadora da UT de Desenvolvimento Urbano, subcoordenadora das UTs de Gênero e Município e Juventude.

Conforme as informações do website da Mercocidades que consta que no ano de 2006 na XII Assembleia da rede a cidade foi eleita subcoordenadora das UTs de Juventude e Planejamento Estratégico. Em 2008 a capital pernambucana foi eleita a subcoordenadora das UTs de Juventude e Educação na XIII Assembleia da rede na cidade uruguaia de Canelones. A XV Assembleia da rede que foi sediada na cidade mineira de Belo Horizonte no ano de 2010, onde Recife foi eleita subcoordenadora da UT de Gênero e Município. No ano de 2011 na XVI Assembleia da rede que ocorreu na cidade uruguaia de Montevideo, o município foi escolhido para ser subcoordenadora da Comissão de Direitos Humanos e da UT de Gênero e Município. Em 2012 na XVII Assembleia da rede que ocorreu na cidade de argentina de Quilmes, a cidade do Recife foi eleita como membro do Conselho da Mercocidades, subcoordenadora da Comissão de Direitos Humanos e UT de Gênero e Município. No ano de 2013 na XVIII Assembleia da rede que foi sediada na cidade brasileira de Porto Alegre, a cidade do Recife foi eleita para compor o UT Gênero e Município como subcoordenadora. Em 2014 na XIX Assembleia da rede que aconteceu na cidade argentina de Rosário, Recife

foi escolhida para integrar o Conselho da rede e ser subcoordenadora da UT Gênero e Município.

Quadro 01 – Participação do município do Recife – PE nas UTs da Rede Mercocidades

Unidades Temáticas	Desenvolvimento Econômico Local	Conselho da Rede	Desenvolvimento Urbano	Juventude	Gênero e municípios	Planejamento Estratégico	Educação	Comissão de Direitos Humanos
Assembleias								
VIII / 2002	Subcoordenadora							
IX / 2003	Subcoordenadora							
X / 2004		Suplente	Coordenadora	Subcoordenadora				
XI / 2005			Coordenadora	Subcoordenadora	Subcoordenadora			
XII / 2006				Subcoordenadora		Subcoordenadora		
XIII / 2008				Subcoordenadora			Subcoordenadora	
XVI / 2009								
XV / 2010					Subcoordenadora			
XVI / 2011					Subcoordenadora			Subcoordenadora
XVII / 2012		Membro			Subcoordenadora			
XVIII / 2013					Subcoordenadora			
XIX / 2014		Membro			Subcoordenadora			
XX / 2015								
XXI / 2016								
XXII / 2017								
XXIII / 2018								

Fonte: Dados extraídos das atas das Assembleias Gerais da Rede Mercocidades de 2002 a 2018.

Disponível em: < <https://mercociudades.org/pt-br/>>.

De acordo com as atas das assembleias da Mercocidades, a cidade do Recife enviou representantes nos anos de 2003, 2004, 2005, 2008 e 2012 para acompanhar as reuniões gerais da rede. Entretanto, verifica-se no quadro 01 supracitado que no período de 2015 a 2018 a capital pernambucana não foi eleita para nenhuma UTs e nem tampouco envio representantes para participar das discussões das assembleias da rede Mercocidades nesse período.

A Prefeitura do Recife realizou em parceria com a rede Mercocidades o seminário orçamentos sensíveis ao gênero um evento da UT de Gênero e Município da Mercocidades que aconteceu em junho de 2007 na cidade do Recife para discutir sobre a importância da implementação desse tipo de orçamentos nos municípios da região. O seminário contou com a presença dos representantes do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM). Nesse mesmo ano, a cidade do Recife participou do I Encontro de Mercocidades do Nordeste Brasileiro que ocorreu na cidade

de Salvador (BA) tinha o intuito de apresentar a rede aos gestores municipais dessa região e discutir as possibilidades de participação dos municípios da região do nordeste brasileiro no Mercosul (MERCOCIDADES, 2007).

A cidade do Recife no ano de 2011 participou por meio da Secretaria de Direitos Humanos do “Seminário sobre Migrações e Direitos Humanos” que ocorreu na cidade uruguaia de Montevideú ao mesmo tempo em que acontecia a XVI assembleia geral da rede Mercocidades (RELATÓRIO DA CRI, 2012 apud ALMEIDA, 2013; SIQUEIRA, 2012). Além do mais, no ano de 2011 a capital pernambucana por meio da pasta Especial da Mulher participou de outro seminário realizado pela UT de Gênero e Municípios na cidade paraguaia de Assunção, onde a Secretária da Mulher do Recife apresentou as ações e políticas públicas que estava sendo desenvolvidas pela gestão recifense para esse grupo em questão (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2011).

Em 2011 na cidade uruguaia de Montevideú ocorreu o Festival Itinerante de Direitos Humanos da rede Mercocidades, onde a gestão pública da cidade do Recife foi representada pela Secretária de Direitos Humanos e Segurança Cidadã (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2011). Nesse mesmo ano, a cidade do Recife por meio da Secretaria Especial da Mulher apresentou o projeto “A Produção do Trabalho das Mulheres e o Enfrentamento da Violência” em um seminário promovido pela UT de Gênero e Município da rede Mercocidades na cidade argentina de Rosário (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2011).

Analisando a trajetória de atuação do município do Recife dentro da rede Mercocidades, pode ser visto que a cidade mostrou-se bem ativa o que diz respeito à participação das discussões das UTs, bem como no envio de representantes para acompanhar as assembleias gerais e na participação nos seminários e eventos da rede, apesar de ter apresentado uma diminuição do engajamento da cidade do Recife na rede no período de 2015-2018. De maneira geral, a participação da cidade do Recife em uma rede internacional de cidades que é fruto de um processo de integração regional apresenta-se como uma via importante de desenvolvimento de uma política de inserção internacional para a capital pernambucana, assim não somente fortalecendo a sua participação como ator internacional, mas ampliando a participação política dos municípios na arena nacional.

Além da rede Mercocidades, a cidade do Recife é membro da ICLEI que é uma rede internacional que conta com mais 1750 governos locais que estão comprometidos com o

desenvolvimento sustentável. A ICLEI foi criada no ano de 1990 no congresso mundial de governos locais para a sustentabilidade na Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova York. Tal iniciativa tem como principal função de prestar auxílio aos governos subnacionais no desenvolvimento de suas políticas e ações na área de meio ambiente com intuito de torná-los sustentáveis na utilização de baixo de carbono e de recursos naturais e no desenvolvimento de uma economia urbana verde (ICLEI, 2019).

A cidade do Recife começou a fazer parte da rede ICLEI formalmente em 2015, entretanto, desde o ano de 2013 que a cidade do Recife mantém relações com a ICLEI e vem realizando diversas ações e projetos em conjunto na área de meio ambiente, tais como: elaboração dos inventários de emissão de gases do efeito estufa; a implementação em 2014 de um sistema municipal de unidades protegidas, que resultou na ampliação da área verde no município; organização das Leis municipais de Educação Ambiental e Sustentabilidade e de Enfrentamento à Mudança do Clima, ambas do ano de 2014; e por fim, a elaboração do plano de redução de emissão de CO₂ no ano de 2016 (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2015; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2019). Além dessas iniciativas mencionadas anteriormente, a cidade em parceria com ICLEI realizou um workshop que aconteceu em agosto de 2018 na capital pernambucana que tinha como objetivo de discutir infraestrutura sustentável e acesso a financiamento para ações e projetos na área ambiental (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2018).

Diante do pioneirismo e efetividade das ações e políticas públicas na área de meio ambiente que estão sendo desenvolvidas pela Prefeitura do Recife com apoio técnico da rede ICLEI, verifica que a cidade do Recife está ganhando visibilidade internacional como cidade modelo nessa área. Sendo assim, averigua que a cidade do Recife participou das 19^o e 20^o Conferência das Partes (COP)¹⁶ da ONU que respectivamente aconteceram na Polônia e no Peru nos anos de 2013 e 2014. Nestas conferências, o Prefeito Geraldo Júlio discorreu acerca das experiências de sucesso e boas práticas na área ambiental que a cidade vem desenvolvendo em seu território. É importante mencionar que na COP de Varsóvia em 2013, a cidade do Recife foi à única cidade da região da América Latina convidada a participar dessa conferência (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2015; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2017).

¹⁶ É um encontro anual entre os países membros da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (na sigla em inglês UNFCCC), na qual diversos países do mundo ratificaram durante e após a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como Rio 92.

Sendo assim, pode-se dizer que a parceria da cidade do Recife com a rede ICLEI está mostrando-se muito benéfica, não apenas com aprimoramento e desenvolvimento de políticas públicas e ações sólidas de proteção de áreas verdes e na busca por soluções sustentáveis para o município, mas trazendo também uma projeção nacional e internacional para a cidade como uma referência nessa área.

Quando observa-se a trajetória internacional do Recife, examina que o período que o município foi mais ativo na arena internacional foi nos anos de 2005-2012 na gestão da CRI, levando em conta o número de ações e negociações realizadas e a participação do município em redes de cidades nesse período. Além disso, a mudança da gestão da articulação internacional municipal da CRI para GRBRI significou na prática uma perda para as atividades paradiplomáticas do município, devido à diminuição do grau de autonomia do órgão e pela redução das articulações internacionais da capital pernambucana.

Outro fato que pode ser verificado é a falta de transparência de informações das atividades desenvolvidas pelo órgão de assuntos internacionais do município, principalmente no período da gestão da GRBRI, assim dificultando a transparência de dados e o acompanhamento dos cidadãos e acadêmicos acerca das iniciativas internacionais que estão sendo desenvolvidas pela cidade. Deve-se ressaltar que a gestão da CRI (2005-2012) teve a preocupação de elaborar e divulgar para a sociedade civil um relatório sobre as atividades realizadas pelo órgão durante o seu período de atuação. Desse modo, pode-se observar que não houve um processo de democratização das relações internacionais no município do Recife, principalmente na gestão da GRBRI, em razão de que um processo só se torna democrático quando se tem a presença da sociedade civil nos tramites de deliberação ou quando as iniciativas desenvolvidas pela Prefeitura se tornam transparentes através da divulgação de dados e informações das ações realizadas e decisões tomadas pela gestão.

Conforme já exposto ao longo dessa pesquisa que as atividades paradiplomáticas dos governos subnacionais estão passíveis de momentos de descontinuidade em razão da mudança da administração pública local, como a exemplo do caso da cidade do Recife que durante a gestão da CRI (2005-2012) foram firmados diversos acordos e realizadas importantes negociações que não tiveram continuidades na gestão do Prefeito Geraldo Júlio (2013-2020). E além do mais, observa-se que faltou planejamento estratégico e direcionamento dos objetivos por parte da gestão da CRI e GRBRI sobre quais seriam os reais ganhos que queriam obter com as iniciativas internacionais

desenvolvidas, com isso causando uma perda de tempo, capital humano e recursos financeiros alocados nas atividades paradiplomáticas do município.

Vale mencionar que a CRI e GBBRI não possuía e nem possui profissionais de carreira, mas contava e conta com cargos comissionados. Tal fato implica que quando a gestão administrativa do município ou chefia do órgão de assuntos internacionais sofre alteração, a equipe de técnica pode ser alterada, causando assim a descontinuidade da política de inserção internacional do município, em decorrência da perda de informações e dos ganhos já obtidos até aquele momento. Dessa maneira, verifica-se que o período que a CRI esteve em atividade durante os anos de 2005-2012 apenas teve um coordenador que ficou responsável pela gestão do órgão nesse momento, diferentemente do que aconteceu no período de 2013-2018 que ocorreram três nomeações para o cargo de chefia do GRBRI do município do Recife. Sendo assim, compreende-se que a mudança da chefia da GRBRI nos anos de 2013-2018 pode ter contribuído para a descontinuidade de algumas iniciativas internacionais que estavam sendo desenvolvidas pela cidade nesse período.

Analisando a trajetória internacional da cidade do Recife nesse período aqui estudado, verifica-se que as atividades paradiplomáticas do município do Recife são motivadas por questões políticas (a criação de um órgão específico para ser responsável pelas articulações internacionais e manter contato com políticos de outras regiões do planeta), econômicas, sociais (desenvolvimento e aperfeiçoamento de políticas públicas locais) e culturais (difusão dos valores culturais recifenses). A inserção internacional do município do Recife nesse período trouxe benefícios para a gestão pública local, em razão do fato que o contato com outros atores internacionais por meio da participação na Rede Mercocidades e ICLEI e da celebração de acordos de irmanamento e cooperação técnica que geraram intercâmbios de experiências e boas práticas, trazendo assim melhorias socioeconômicas e o aperfeiçoamento das políticas públicas municipais. Além do mais, percebe-se que o município do Recife possui características que favorecem a sua internacionalização que vão desde a sua localização prestigiada, sua economia dinâmica, suas riquezas culturais e arquitetônicas e pelo grande número de representações diplomáticas sediadas em seu território.

A institucionalização da atividade paradiplomática da cidade do Recife por meio da criação de um órgão específico de relações internacionais ligada à administração pública local trouxe benefícios para o avanço das atividades internacionais do município, contando com uma equipe de profissionais capacitados para fazer a conexão do

internacional com o local. Apesar das críticas que foram realizadas aqui as gestões da CRI e GRBRI, não pode-se negar que o estabelecimento do órgão de assuntos internacionais do município ajudou nas negociações internacionais e ainda auxiliou na manutenção da presença do município no cenário internacional. Sendo assim, verifica-se pela participação da capital pernambucana nas redes internacionais de cidades e pelos diversos acordos que foram negociados e estabelecidos entre a Prefeitura do Recife, através do seu órgão de assuntos internacionais e os governos subnacionais de diferentes nações do mundo, mostrou ser um organismo competente na condução das relações internacionais do município.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado nesse trabalho, as análises aqui desempenhadas tiveram como finalidade compreender o papel realizado pela atuação dos governos subnacionais na arena internacional, tendo como exemplo o caso do município do Recife (PE). De modo geral, pode-se afirmar que a atuação internacional dos atores subnacionais tem sido estimulada pelo processo de globalização e os motivos que levam tais atores atuarem no plano internacional vão desde a decisão dos líderes políticos dos governos locais visando uma projeção internacional, a busca por novos mercados consumidores e de investimentos estrangeiros e o intercâmbio de experiências e boas práticas com os atores internacionais.

Foi verificado que com o aumento das iniciativas internacionais das unidades subnacionais que compõem o Estado brasileiro, a União por meio do MRE adota uma política específica chamada de diplomacia federativa tem como intuito de acompanhar e dar suporte as iniciativas internacionais dos estados e municípios brasileiros, que acarretou na criação da AFEPA e da abertura dos escritórios regionais de representação do MRE nas cinco regiões do país. Tais medidas adotadas pelo governo brasileiro através do Itamaraty nos revelaram que a União reconhece as atividades internacionais das suas unidades federativas. Além disso, constatou-se que os governos subnacionais brasileiros estão se lançando no plano internacional seja por meio de iniciativas próprias e isoladas através dos seus órgãos específicos de relações internacionais ligados a administração pública local ou por meio do apoio do Estado brasileiro através da diplomacia federativa.

É observado que uma das maiores dificuldades para o avanço das atividades paradiplomáticas é a falta de uma regulamentação que normatize o exercício de tais atividades realizadas pelos governos subnacionais ao redor do mundo. Verificou ainda que alguns Estados como Argentina e México que foram apresentados brevemente nesta pesquisa possuem uma regulamentação que legitimam as atividades paradiplomáticas dos seus governos subnacionais, sendo assim, concedendo um respaldo legal que favorece a ampliação e o desenvolvimento dessa atividade em seus territórios. Porém, alguns Estados como o caso do Brasil que foi estudado aqui nesta pesquisa por meio da apresentação das experiências paradiplomáticas do estado do Rio de Janeiro e dos municípios de São Paulo e Recife averiguou que o fenômeno da paradiplomacia

mostrou-se como inevitável e é de tendência crescente e desejável por parte dos governos subnacionais brasileiros. Entretanto, o exercício da paradiplomacia em solo brasileiro é marcado pela não institucionalidade de tal fenômeno, tendo em vista que os estados e municípios brasileiros realizam ações internacionais, ainda que a Carta Magna de 1988 institua que tais competências são responsabilidades do governo central brasileiro. Desse modo, constatou-se que a falta de uma regulamentação para atividades internacionais dos estados e municípios brasileiros trazem duas consequências ao Estado brasileiro que são os prejuízos socioeconômicos para as unidades subnacionais brasileiras e a insegurança jurídica.

Ainda constatou que como forma de tornar as suas inserções internacionais mais eficientes e proveitosas, alguns os estados e municípios brasileiros estão criando órgãos específicos de assuntos internacionais que contam com profissionais capacitados para fazer a conexão internacional com o local. Tais órgãos têm como intuito de estabelecer contato com cenário internacional em busca de captar investimentos estrangeiros e realizar intercâmbio de experiências e boas práticas para incentivar o desenvolvimento local. Além disso, o estabelecimento de um órgão específico para tratar as questões internacionais traz benefícios para gestão pública local, tendo em vista que ajudar na organização e concentração de informações das iniciativas internacionais desenvolvidas e ainda por garantir a manutenção da presença internacional desses governos subnacionais. Assim sendo, a institucionalização das atividades paradiplomáticas da cidade do Recife através da criação de um órgão para ser responsável pelas articulações internacionais do município tornou a inserção internacional mais hábil e organizada, que acarretou com mais ganhos socioeconômicos e melhorias nas políticas públicas locais.

Foi observado que as atividades internacionais do município do Recife são motivadas por questões culturais, econômicas, sociais e políticas. A atuação internacional do município do Recife é favorecida pela sua localização estratégica, sua economia dinâmica, suas riquezas culturais e arquitetônicas e além da grande presença repartições diplomáticas em solo recifense. O período mais ativo o que tange as iniciativas internacionais do município foi durante a gestão da CRI (2005-2012), devido ao fato que foi o período que a cidade foi mais ativa na rede internacional de cidades e teve mais celebração e negociação de acordos internacionais com governos estrangeiros. Apesar de possui um organismo específico que é responsável pelas suas articulações internacionais, à atuação internacional atual da cidade do Recife é tímida e marcada pela falta de transparência de informações e por momentos de descontinuidade. Além do

mais, verificou que faltou por parte da gestão da CRI e GRBRI um planejamento estratégico e um direcionamento de metas e objetivos sobre quais seriam os reais ganhos que queriam obter com as iniciativas internacionais desenvolvidas, com isso acarretando em uma perda de tempo, capital humano e recursos financeiros que foram alocados nessas atividades paradiplomáticas desenvolvidas pelo município.

Sendo assim, foi visto a necessidade do município do Recife de criar um cargo público de carreira de Analista de Relações Internacionais e um banco de dados com as informações das iniciativas internacionais desenvolvidas pelo órgão municipal de relações internacionais e pela gestão da administração local para tentar garantir que as próximas gestões que vão assumir a administração da Prefeitura do Recife tenham pleno conhecimento sobre em que pé estão às articulações internacionais do município e até mesmo para garantir a transparência e a democratização de informações perante a sociedade civil como um todo. Além disso, recomenda-se a Prefeitura do Recife à criação de um plano de planejamento estratégico com metas reais para nortear as iniciativas internacionais do município, visando assim tornar a inserção internacional da cidade do Recife mais eficiente e proveitosa.

Apesar das recomendações de melhorias supracitadas a gestão da cidade do Recife, não pode-se negar que a celebração e negociação de acordos com governos subnacionais estrangeiros e a participação em redes internacionais de cidades apresentaram-se como instrumentos muito importantes para o desenvolvimento da política de inserção internacional do município do Recife durante o período que aqui foi estudado, de modo assim fortalecendo a sua presença no globo como ator internacional.

Dessa maneira, concluir-se que a paradiplomacia representa um fenômeno que conduz há uma dinâmica internacional que vai além da apresentada pelos Estados centrais, assim refletindo a atual função do Estado, em especial ao grau de autonomia conferida as unidades subnacionais que compõem a nação. Verifica que em meio às lacunas que se podem destacar nesse presente trabalho, as futuras pesquisas acadêmicas podem trazer análises comparativas entre as gestões internacionais dos governos subnacionais que proporcionem indicar boas práticas que aperfeiçoem e reforcem as principais iniciativas internacionais desenvolvidas pelos estados e municípios brasileiros. Por enquanto, essa pesquisa procurou contribuir para mais uma perspectiva acadêmica de relações internacionais acerca de uma temática muito complexa e pouco estudada, principalmente o campo da paradiplomacia municipal.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIRRE, Inâkin. Making sense of paradiplomacy? An intertextual enquiry about a concept in search of a definition, *Regional & Federal Studies*, v.9, n.1, 1999.

ALMEIDA, Jordenia A. A política externa dos entes federados: uma análise dos períodos de Fernando Henrique Cardoso a Lula (1995-2010). *Revista de Geopolítica*, Natal - RN, v. 3, nº 2, p. 296 – 306, jul./dez. 2012.

ALMEIDA, Jordenia A. Atores subnacionais e suas agendas nas relações internacionais: a captação de recursos através do projeto Capibaribe Melhor e a gestão internacional da cidade do Recife - PE. 2013. 196f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais - PPGRI) - Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2013.

ALVES, Everton de Arruda. Paradiplomacia no Brasil: a trajetória da atuação internacional do Estado de Pernambuco. Trabalho de Conclusão de Curso. Caruaru: Centro Universitário Tabosa de Almeida, Caruaru, Pernambuco. 2016.

ARANA, César Iván. Paradiplomacia mexicana: aproximación histórica al desarrollo de las relaciones internacionales de las entidades federativas en México, *Revista digital InterNaciones*, año 1, núm. 5, 2015. Disponível em: <<http://www.revistascientificas.udg.mx/index.php/inter/article/view/7185/6312>>. Acesso em 26/05/2019.

ARGENTINA. Constituição (1994). *Constitución Nacional de la Nación Argentina*. Buenos Aires: Senado, 1994. Disponível em: <<https://www.casarsada.gob.ar/nuestro-pais/constitucion-nacional>>. Acesso em: 25/05/2019.

BANZATTO, Arthur Pinheiro de Azevedo. A inserção internacional dos governos subnacionais brasileiros através da diplomacia federativa e da paradiplomacia. In: 5º Encontro Nacional da ABRI, 2015, Belo Horizonte. *Anais Eletrônicos do 5º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais*, 2015.

BATH, Sérgio. *O que é Diplomacia*. São Paulo: Brasiliense, 1989. 70p. (Primeiros passos; 221)

BOGÉA, Antenor Américo Mourão. *A diplomacia federativa: do papel internacional e das atividades externas das unidades federativas nos Estados nacionais*. Brasília: MRE, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 25/04/2019.

BRIGAGÃO, Clóvis. RODRIGUES, Gilberto. *Globalização a olho nu: o mundo conectado*. Editora Moderna. São Paulo, 1998.

BUENO, Ironildes. *Paradiplomacia Contemporânea: Trajetórias e Tendências da Atuação Internacional dos Governos Estaduais do Brasil e EUA*. 2010. 350 f. Tese de Doutorado – Universidade de Brasília, Brasília.

CASTELO BRANCO, Álvaro Chagas. *Paradiplomacia & entes não centrais no cenário internacional*, Curitiba: Juruá, 2008.

CRIEKEMANS, David. *How subnational entities try to develop their own “paradiplomacy”. The case of Flanders (1993 – 2005)*. Genebra: 2006.

CUADROS, Manuel Rodríguez. *Diplomacia y cooperación descentralizada: un instrumento para el desarrollo y la gobernabilidad de las regiones*. Instituto Latinoamericano de Derecho Internacional y Relaciones Internacionales (ILADIR), 2011.

CUMBRE DE MERCOCIUDADES, VIII, 2002, Asunción. *Acta Cumbre 2002 (Asunción)*. Disponível em: <<https://mercociudades.org/pt-br/download/acta-de-la-viii-cumbre-de-mercociudades/>>. Acesso em 21/11/2019.

_____, IX, 2003, Montevideo. *Acta Cumbre 2003 (Montevideo)*. Disponível em: <<https://mercociudades.org/pt-br/download/acta-de-la-ix-cumbre-de-mercociudades/>>. Acesso em 21/11/2019

_____, X, 2004, Buenos Aires. *Acta Cumbre 2004 (Buenos Aires)*. Disponível em: <<https://mercociudades.org/pt-br/download/acta-de-la-x-cumbre-de-mercociudades/>>. Acesso em 21/07/2019

_____, XI, 2005, Santo André. *Acta Cumbre 2005 (Santo André)*. Disponível em: <<https://mercociudades.org/pt-br/download/acta-de-la-xi-cumbre-de-mercociudades/>>. Acesso em 21/11/2019

_____, XII, 2006, Morón. *Acta Cumbre 2006 (Morón)*. Disponível em: <<https://mercociudades.org/pt-br/download/acta-de-la-xii-cumbre-de-mercociudades/>>. Acesso em 21/11/2019

_____, XIII, 2008, Canelones. *Acta Cumbre 2008 (Canelones)*. Disponível em: <<https://mercociudades.org/pt-br/download/acta-de-la-xiii-cumbre-de-mercociudades/>>. Acesso em 21/11/2019

_____, XIV, 2009, Rosário. *Acta Cumbre 2009 (Rosário)*. Disponível em: <<https://mercociudades.org/pt-br/download/acta-de-la-xiv-cumbre-de-mercociudades/>>. Acesso em 21/11/2019

_____, XV, 2010, Belo Horizonte. *Acta Cumbre 2010 (Belo Horizonte)*. Disponível em: <<https://mercociudades.org/pt-br/download/acta-de-la-xv-cumbre-de-mercociudades/>>. Acesso em 21/11/2019

_____, XVI, 2011, Montevideo. *Acta Cumbre 2011 (Montevideo)*. Disponível em: <<https://mercociudades.org/pt-br/download/acta-de-la-xvi-cumbre-de-mercociudades/>>. Acesso em 21/11/2019

_____, XVII, 2012, Quilmes. *Acta Cumbre 2012 (Quilmes)*. Disponível em: <<https://mercociudades.org/pt-br/download/acta-de-la-xvii-cumbre-de-mercociudades/>>. Acesso em 21/11/2019

_____, XVIII, 2013, Porto Alegre. *Acta Cumbre 2013 (Porto Alegre)*. Disponível em: <<https://mercociudades.org/pt-br/download/acta-de-la-xviii-cumbre-de-mercociudades/>>. Acesso em 21/11/2019

_____, XIX, 2014, Rosário. Acta Cumbre 2014 (Rosário). Disponível em: <<https://mercociudades.org/pt-br/descarga/acta-de-la-xix-cumbre-de-mercociudades/>>. Acesso em 21/11/2019

_____, XX, 2015, São Paulo. Acta Cumbre 2015 (São Paulo). Disponível em: <<https://mercociudades.org/pt-br/descarga/acta-de-la-xix-cumbre-de-mercociudades/>>. Acesso em 21/11/2019

_____, XXI, 2016, Santa Fe. Acta Cumbre 2016 (Santa Fe). Disponível em: <<https://mercociudades.org/pt-br/descarga/acta-de-la-xxii-cumbre-de-mercociudades/>>. Acesso em 21/11/2019

_____, XXII, 2017, Córdoba. Acta Cumbre 2017 (Córdoba). Disponível em: <<https://mercociudades.org/pt-br/descarga/acta-de-la-xxii-asamblea-general-de-mercociudades/>>. Acesso em 21/11/2019

_____, XXIII, 2018, La Paz. Acta Cumbre 2018 (La Paz). Disponível em: <<https://mercociudades.org/pt-br/descarga/acta-de-la-xxiii-asamblea-general-de-mercociudades/>>. Acesso em 21/11/2019

DANTAS, Luís Francisco Araújo. Paradiplomacia e a importância das cidades e Estados nas Relações Internacionais. 2011. Tese (curso de especialização em Relações Internacionais). Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

DUCHACEK, Ivo. The territorial dimension of politics within, among and across nations. London: Westview Press, 1986.

ERK, Jan. Explaining Federalism: State, Society and Congruence In Austria, Belgium, Canada, Germany and Switzerland (Routledge Series In Federal Studies), 2008. Disponível em: <<https://epdf.pub/explaining-federalism-state-society-and-congruence-in-austria-belgium-canada-ger.html>>. Acesso em 20/10/2019

FOLHA DE PERNAMBUCO. Cidade de Nantes e Recife discutem inovação e desenvolvimento, 25/10/17. Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/economia/economia/economia/2017/10/25/nws,46323,10,550,economia,2373-cidade-nantes-recife-discutem-inovacao-desenvolvimento.aspx>>. Acesso em 20/07/2019.

FRÓIO, Liliana Ramalho. MEDEIROS, Marcelo de Almeida. A Normatização da Atividade Paradiplomática: Brasil e Argentina em Perspectiva Comparada. In: 3º Encontro Nacional da ABRI, São Paulo, 2011, 17 f.

FRONZAGLIA, Maurício Loboda. Unidades Subnacionais: Um Estudo de Caso Sobre a Cidade de São Paulo – de 2001 a 2004. 2005. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

GOMES FILHO, Francisco. A paradiplomacia subnacional no Brasil: uma análise da política de atuação internacional dos governos estaduais fronteiriços da Amazônia. 2011. Tese (Doutorado em Relações Internacionais.) – DINTER UFRR/UNB/FLACSO, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

HOCKING, Brian. Bridging boundaries: creating linkages, non-central governments and multilayered policy environments. *WeltTrends*, n. 11, 2006, pp. 36-51.

ISER, Guilherme de Cruzeiro. Os entes subnacionais nas relações internacionais: o fenômeno da paradiplomacia. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 2013.

JUNQUEIRA, Cairo Gabriel Borges. A criação das Secretarias Municipais de Relações Internacionais (SMRIs) como nova realidade da inserção internacional dos entes subnacionais brasileiros. *Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI/IPEA)* 21, set-dez (2015): 71-84. 2015.

KEATING, Michael. Regions and International Affairs: Motives, Opportunities and Strategies. In: ALDECOA, Francisco; KEATING, Michael (Ed.). *Paradiplomacy in action: the foreign relations of subnational governments*. New York: Routledge, 2013. Cap. 1, p. 1-17.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph S. *Power and Interdependence*. 3 ed. New York: Longman, 2001.

KONISHI, Nikolas Yoshitaka; MENDONÇA, Alice Pillo de; RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. Conexões Culturais – Revista de Linguagens, Artes e Estudos em Cultura - V. 01, n. 02, ano 2015, p. 284-301. 2015.

LESSA, José Vicente da Silva. A paradiplomacia e os aspectos legais dos compromissos internacionais celebrados por governos não centrais. Brasília: MRE, 2002 (Tese, XLIV Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, 2002).

MANCINI, Nicolás. La Paradiplomacia en América Latina, estudio comparado del fenómeno en México y Argentina. Trabajo final para la materia Sistemas Políticos Comparados. Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina, 2007. Disponível em: <<http://www.paradiplomacia.org/upload/downloads/023edce28f6874b7de6c32e50ccbaab4papernicomexico-arg.pdf>>. Acesso em: 25/05/2019

MEXICO. Constituição (1917). Constitución Federal de los Estados Unidos Mexicanos. Ciudad del México: Cámara de diputados, 1917. Disponível em: <<http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/ref/cpeum.htm>>. Acesso em: 25/05/2019

MEXICO. Ley sobre la celebración de tratados de 02 de janeiro de 1992. Ciudad del México: Cámara de diputados, 1992. Disponível em: <<http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/216.pdf>>. Acesso em: 25/05/2019

NASCIMENTO NETO, Antenor. A roda global, in *Revista Veja*, 3 de abril, 1996, p. 80.

NOGUEIRA, João Pontes. MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais*. Elsevier, São Paulo, 2005.

NUNES, Carmen Juçara da Silva. A paradiplomacia no Brasil: o caso do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2005.

ONUKEI, Janina; OLIVEIRA, Amâncio Jorge. Paradiplomacia e Relações Internacionais: a experiência da cidade de São Paulo. 21 p. São Paulo: Centro de Estudos das Negociações Internacionais, USP, maio 2013.

PAQUIN, Stéphane. Paradiplomatie et relations internationales: théorie des stratégies internationales des régions face à la mondialisation. Bruxelles: Presses Interuniversitaires Européennes, 2004.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. Recife debate iniciativa sustentável para ser acelerada, 15/08/18. Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/15/08/2018/recife-debate-iniciativa-sustentavel-para-ser-acelerada>>. Acesso em: 20/07/2019.

_____. João da Costa discute ações econômicas com Presidente da câmara municipal de Barcelos, 26/11/2011. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/2011/08/26/joao_da_costa_discute_acoes_economicas_com_m_presidente_da_camara_municipal_de_barcelos_178411.php>. Acesso em: 15/07/2019.

_____. Recife e Guangzhou (China) renovam acordo de intercâmbio e cooperação, 07/08/17. Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/07/08/2017/recife-e-guangzhou-china-renovam-acordo-de-intercambio-e-cooperacao>>. Acesso em: 20/07/2019

_____. Prefeitura do Recife firma acordo de irmanamento com a cidade chinesa Chengdu, 30/09/2016. Disponível em: <<http://grri.recife.pe.gov.br/pt-br/news/prefeitura-do-recife-firma-acordo-de-irmanamento-com-a-cidade-chinesa-chengdu>>. Acesso em: 17/07/2019

_____. Recife é o mais novo membro do Conselho Político da Rede Mercocidades, 03/12/12. <<http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/03/12/2012/recife-e-o-mais-novo-membro-do-conselho-politico-da-rede-mercocidades>>. Acesso em 20/07/2019

_____. João da Costa recebe presidente da câmara municipal da cidade portuguesa de Barcelos, 26/08/2011. <http://www.recife.pe.gov.br/2011/08/26/joao_da_costa_recebe_presidente_da_camara_municipal_da_cidade_portuguesa_de_barcelos_178406.php>. Acesso em: 20/07/2019.

_____. Recife se integra à maior rede internacional de cidades pela sustentabilidade, 04/08/2015. <<http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/04/08/2015/recife-se-integra-maior-rede-internacional-de-cidades-pela-sustentabilidade>>. Acesso em 20/07/2019

_____. Recife discute combate mudanças climáticas em evento nesta terça-feira, 13/08/2018. <<http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/13/08/2018/recife-discute-combate-mudancas-climaticas-em-evento-nesta-terca-feira-14>>. Acesso 20/07/2019

_____. Prefeito Geraldo Júlio assume Vice-Presidência de Mudanças Climáticas da Frente Nacional de Prefeitos, 27/04/2017. <<http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/27/04/2017/prefeito-/geraldo-julio-assume-vice-presidencia-de-mudancas-climaticas-da-frente>>. Acesso em: 20/07/2019.

_____. Prefeitura do Recife recebe delegação chinesa de Guangzhou, 09/07/2012. < <http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/09/07/2012/prefeitura-do-recife-recebe-delegacao-chinesa-de-guangzhou> >. Acesso em: 20/07/2019.

_____. João da Costa viaja para China e participa de conferência internacional, 09/11/2012. <<http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/09/11/2012/joao-da-costa-viaja-para-china-e-participa-de-conferencia-internacional>>. Acesso em: 20/07/2019.

_____. Prefeito Geraldo Júlio assume presidência do ICLEI para América do Sul nesta quinta, 26/06/19. < <http://www2.recife.pe.gov.br/node/2893031> >. Acesso em: 20/07/2019.

_____. Recife vence seleção para desenvolver projetos de energia limpa em equipamentos públicos, 12/09/19. Disponível: < <http://www2.recife.pe.gov.br/node/289803> >. Acesso em: 20/07/2019.

_____. Secretária representa o Recife no Festival Itinerante de Direitos Humanos da Rede Mercocidades, 22/08/12. Disponível: <<http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/22/08/2012/secretaria-representa-o-recife-no-festival-itinerante-de-direitos-humanos-da>>. Acesso em: 20/11/2019.

_____. Recife discute no Paraguai orçamento sensível a gênero, 26/09/11. Disponível: <<http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/26/09/2011/recife-discute-no-paraguai-orcamento-sensivel-genero>>. Acesso em: 20/11/2019.

_____. Projeto municipal para mulheres é apresentado em seminário da Rede Mercocidades, 16/05/11. Disponível: <<http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/16/05/2011/projeto-municipal-para-mulheres-e-apresentado-em-seminario-da-rede-mercocidades>>. Acesso em: 20/11/2019.

PRIETO, Noé Cornago. O outro lado do novo regionalismo pós-soviético e da Ásia-Pacífico: a diplomacia federativa além das fronteiras do mundo Ocidental. In: VIGEVANI, Tullo et al. (Orgs). A dimensão subnacional e as relações internacionais. São Paulo: EDUC; Fundação Editora da UNESP; Bauru, SP: EDUSC, 2004, p.251-282.

RECIFE. Decreto de Lei de nº 29.459, de 26 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/decreto/2016/2945/29459/decreto-n-29459-2016-aloca-no-quadro-de-cargos-de-direcao-e-assessoramento-superior-e-cargos-de-apoio-e-assessoramento-no-gabinete-de-representacao-em-brasilia-aprova-o-seu-regulamento-e-define-as-competencias-e-atribuicoes-dos-seus-cargos-comissionados-revoga-o-decreto-n-26925-de-18-de-janeiro-de-2013>>. Acesso em: 10/07/2019.

_____. Decreto de Lei de nº 17.107/2005, de 20 de julho de 2005. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/2005/1711/17107/lei-ordinaria-n-17107-2005-declara-cidades-irmas-as-cidades-do-recife-e-nantes-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 10/07/2019.

_____. Decreto de Lei de nº 17.108 de 2005. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/2005/1710/17108/lei-ordinaria-n-17108-2005-dispoe-sobre-a-adequacao-da-estrutura-da-administracao-direta-e-indireta-do-municipio-do-recife-as-novas-diretrizes-administrativas-e-consolidat-tribuicoes>>. Acesso em: 10/07/2019.

REIS, Elton G. Paradiplomacia e federalismo em processos de integração regional: análise das estratégias internacionais da província do Québec. 2009. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio. Relações internacionais federativas no Brasil. Revista Dados, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 1015-1034, 2008.

ROCHA, Gustavo de Andrade. Unidades subnacionais e cooperação internacional: o caso do Recife. Recife, 2012. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

SIMINI, Danilo Garnica; TEORO, Mayara Souza. Paradiplomacia na América Latina e a problemática de sua legitimidade constitucional: uma comparação Brasil e Argentina. Nucleus, v.14, n.2, out.2017. Disponível em: <<http://www.nucleus.feituverava.com.br/index.php/nucleus/article/view/2176>>. Acesso em 23/05/2019.

SIQUEIRA, João Ricardo Pessoa Xavier. A paradiplomacia como instrumento viabilizador do desenvolvimento local: estudo de caso a partir da atuação internacional do estado de Pernambuco e da cidade do Recife. 2012. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, Paraíba, 2012.

SPADALE, Pedro. Relações internacionais de unidades subnacionais: a experiência do Estado do Rio de Janeiro. CEBRI, 2014.

SITE DA AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC). Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/>>. Acesso em: 20/05/2019.

SITE DA MERCOCIDADES, 2019. Disponível em: <<https://mercociudades.org/pt-br/>>. Acesso em 20/06/2019

SITE DO GABINETE DE REPRESENTAÇÃO EM BRASÍLIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS (GRBRI). Disponível em < <http://grri.recife.pe.gov.br/pt-br/gabinete-de-representacao-da-prefeitura> >. Acesso em 11/07/2019

SITE DA PREFEITURA DA CIDADE DE BARCELOS (PORTUGAL). Disponível em: <<https://www.cm-barcelos.pt/municipio/>>. Acesso em 15/07/2019

SITE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA CIDADE DE SÃO PAULO (SMRI-SP). Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/relacoes_internacionais/assuntos_internacionais/index.php?p=145725>. Acesso em: 20/06/2019

SITE DA PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/pagina/caracterizacao-do-territorio>>. Acesso em 20/07/2019

SITE DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 17/07/2019

SITE DA LOCAL GOVERNMENTS FOR SUSTAINABILITY (ICLEI), 2019. Disponível em: <https://www.iclei.org/>>. Acesso em: 23/07/2019

SOLDATOS, Panayotis. An explanatory framework for the study of federated states as foreign-policy actors. In: MICHELMAN, H.; SOLDATOS, P. Federalism and International Relations: the role of subnational units. Oxford: Clarendon Press, 1990.

SUGISAWA, Thalita M. A Inserção Internacional das Cidades e a Paradiplomacia como Ferramentas para o Desenvolvimento Local. Curitiba, 2008. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Organizações e Desenvolvimento) Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar – Unifae. 2008.

TOLEDO, Daiany Stéphany Costa. Paradiplomacia: O Caso de Belo Horizonte. 2008. 93 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Centro Universitário de Belo Horizonte, Belo Horizonte, Minas Gerais.

VELÁZQUEZ, Rafael. La paradiplomacia mexicana: Las relaciones internacionales de las entidades federativas. Publicaciones CIDE, (57), 1-36. 2007. Disponível em: <http://repositorio-digital.cide.edu/handle/11651/1079>. Acesso em 18/05/2019

VIGEVANI, Tullo. Problemas para a atividade internacional das unidades subnacionais: estados e municípios brasileiros. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo – SP, vol.21 n° 62, oct. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092006000300010. Acesso em 25/07/2019